

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**Instituto de Ciências Humanas**

**Departamento de História**



**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Brasil, 1979 – 1994: Desdobramentos do Período Inflacionário no Brasil e  
em São Lourenço do Sul - RS**

**Guilherme Roveré Soares**

Pelotas, 2019

**Guilherme Roveré Soares**

**Brasil, 1979 – 1994:**

Desdobramentos do Período Inflacionário no Brasil e em São Lourenço  
do Sul - RS

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de Ciências  
Humanas da Universidade Federal de  
Pelotas, como requisito parcial à  
obtenção do título de Licenciatura em  
História.

Orientador: Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra

Pelotas, 2019

Guilherme Roveré Soares

**Brasil, 1979 – 1994:**

Desdobramentos do Período Inflacionário no Brasil e em São Lourenço do Sul -  
RS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa:

Banca examinadora:

Prof. Dr. .... Doutor em .....  
Pela Universidade .....

Prof. Dr. .... Doutor em .....  
Pela Universidade .....

Prof. Dr. .... Doutor em .....  
Pela Universidade .....

## Resumo

SOARES, Guilherme Roveré. Brasil 1979 – 1994: Desdobramentos do Período Inflacionário no Brasil e em São Lourenço do Sul - RS. Orientador: Edgar Ávila Gandra. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

O objetivo deste trabalho passa fundamentalmente pela análise do processo histórico da economia brasileira nos quesitos macro e micro, que levaram o Brasil desde o ápice do desenvolvimento, no conhecido Milagre Econômico de 1970, passando pela derrocada na década seguinte, com a disparada inflacionária, crise da dívida externa, e crise fiscal do Estado, analisando também o caminho percorrido em direção à reestruturação econômica do Estado Brasileiro, com abertura do mercado, privatizações, e desregulamentação da economia até o plano real, encerrando o ciclo de quinze anos de lutas contra a inflação e instabilidade econômica. Outrossim, após a análise dos planos econômicos e suas respectivas elaborações, além dos processos políticos, procura-se abordar uma análise profunda acerca da conjuntura social deste período, e do conseqüente impacto das mudanças econômicas sob o olhar do empresariado de São Lourenço do Sul – RS, onde faz-se uso da história oral como ferramenta a fim de captar a percepção de pequenos comerciantes sobre o lidar diário com uma moeda inflacionada, suas relações com clientes, fornecedores, e projeções que eram feitas buscando a saúde financeira de suas respectivas empresas.

Palavras Chave: Inflação. Economia. Crise. Brasil. Anos 1980.

## **Abstract**

SOARES, Guilherme Roveré. Brazil 1979 - 1994: Inflationary Period Developments in Brazil and São Lourenço do Sul - RS. Advisor: Edgar Ávila Gandra. 2019. Course Conclusion Paper (Degree in History) - Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2019.

The objective of this paper is basically to analyze the historical processes of the Brazilian economy in the macro and micro aspects, which led Brazil from the apex, in the well-known Economic Miracle of 1970, to the collapse in the following decade, with the inflationary boom, debt crisis, and the fiscal crisis of the State, also analyzing the path taken towards the economic restructuring of the Brazilian State, with market opening, privatization, and deregulation of the economy to the real plan, ending the cycle of a five-year struggle against inflation and inflation. Economic instability. Moreover, after the analysis of the economic plans and their respective elaborations, besides the political processes, it is intended to approach a deep analysis about the social conjuncture of this period, and the consequent impact of the economic changes under the look of the businessmen of São Lourenço do Sul - RS, where oral history is used as a tool to capture the perception of small traders about daily dealing with an inflated currency, their relationships with customers, suppliers, and projections that were made seeking the financial health of their respective companies. .

Keywords: Inflation. Economy. Crisis. Brazil. Years 1980.

## Sumário

<b>1. Introdução</b> .....	<b>7</b>
<b>2. O que é Inflação?</b> .....	<b>13</b>
<b>3. Mudanças na Política Econômica dos Militares</b> .....	<b>16</b>
<b>3.1</b> Primeiro choque do petróleo (1973).....	<b>19</b>
<b>3.2</b> Governo Geisel: implantação do II plano nacional de desenvolvimento.....	<b>20</b>
<b>3.3</b> Impactos do segundo choque do petróleo, 1979.....	<b>22</b>
<b>4. 1980, Década Perdida ou Década de Aprendizados?</b> .....	<b>24</b>
<b>4.1</b> Crise da dívida externa e disparada inflacionária.....	<b>26</b>
<b>4.2</b> Abertura democrática, terrorismo militar, distensão lenta gradual e imperceptível.....	<b>28</b>
<b>5. Governo José Sarney e os novos desafios na economia</b> .....	<b>32</b>
<b>5.1</b> Plano Cruzado: sucesso inicial do plano e crescimento da atividade econômica.....	<b>35</b>
<b>5.2</b> Pequenos e médios empresários dão o tom sobre as mudanças na economia.....	<b>36</b>
<b>5.3</b> Cruzado II: uso político de um plano de estabilização.....	<b>38</b>
<b>6. Plano Collor, a Bala de Prata Contra a Inflação</b> .....	<b>40</b>
<b>6.1</b> Dificuldades na administração pública sob o aspecto inflacionário..	<b>44</b>
<b>7. Plano Real e a Busca da Estabilidade</b> .....	<b>48</b>
<b>8. Conclusão</b> .....	<b>52</b>
<b>9. Entrevistas Orais</b> .....	<b>55</b>
<b>10. Referências</b> .....	<b>56</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Baseando-se em uma situação fragilizada da economia brasileira, e no impacto coletivo na memória da sociedade, torna-se uma situação de rememoração constante das pessoas mais experientes o período inflacionário do País, onde muitos jovens não possuíam sequer noção de como se dava o dia a dia com congelamentos, tablitas, confiscos de poupança, entre outros. Dentre 1979, a 1994, o Brasil ficou praticamente estagnado, econômica e socialmente, após os diversos planos econômicos e tentativas de estabilização, o país vivenciou o que os principais expoentes da economia brasileira chamam de “década perdida”, quando o desenvolvimento da nação foi interrompido através de uma série de fatores primeiramente externos, (exemplos: primeiro choque do petróleo em 1973, segundo choque em 1979, e moratória mexicana em 1982, e crise da dívida externa brasileira) e internos, (ajuste nas contas públicas, fim da conta movimento, controle da inflação e abertura econômica). Além disso, um agravante preponderante era a questão política, o Brasil vivia uma transição de um Regime Militar que já se mostrava falido, para uma nova República Democrática com o futuro incerto (Presidente Tancredo Neves, eleito pelo Colégio Eleitoral em 1985, sofre complicações em seu quadro de saúde e vem a falecer em 21 de Abril de 1985, abrindo espaço para o seu vice, José Sarney, ocupar a cadeira presidencial). Sabendo disso, este trabalho busca analisar um cenário conturbado da realidade brasileira, na busca de sua reestruturação econômica nas décadas de 1980 e 1990, com enfoque mais direcionado na cidade de São Lourenço do Sul – RS.

Na bibliografia consultada, o termo “década perdida” é constantemente usado por historiadores da área econômica e economistas, com o intuito de contextualizar o período do qual o Brasil e outros países do continente tiveram uma violenta queda de sua atividade econômica atrelada à retomada da inflação. Transcorrendo mais precisamente sobre a década que ganhou o rótulo de perdida, podemos destacar as interpretações que acercam a mesma através de duas correntes econômicas, a primeira delas, mais alinhada aos mercados, critica o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, principalmente após o governo Médici, onde o Estado, apoiado em uma forte leva de crédito internacional, começa a injetar dinheiro na economia, que por sua vez se torna

estatal e dependente de investimentos externos. Alguns expoentes liberais como Pedro Malan, Gustavo Franco e Armínio Fraga alegam que este modelo encontrou certos limites, esbarrando principalmente no alto endividamento externo e consequente fim do crédito internacional. A segunda corrente econômica, representada mais fortemente por Delfim Netto, Luiz Gonzaga Beluzzo e Luiz Carlos Bresser Pereira, compartilha de uma interpretação mais desenvolvimentista do período. Citando um exemplo, o próprio Delfim alegava ser muito difícil interromper o ciclo de desenvolvimento econômico, em prol de medidas austeras de ajuste fiscal durante o primeiro choque do petróleo em 1973:

O Brasil se endividou juntamente com todo o resto do mundo que não produzia petróleo no mundo! E na minha opinião, não tinha outra saída, qual seria a saída? Fazer um racionamento de petróleo, o Brasil viraria Bangladesh, nunca mais teria se recuperado. (NETTO, Delfim. Documentário Economia Brasileira, a História Contada por quem a fez, 2016)

Eram tempos de negociações com o FMI, o Banco Mundial e o Tesouro Americano, onde os países subdesenvolvidos e endividados tinham que aceitar o amargo receituário dos organismos financeiros internacionais para obter alguma linha de crédito. Citando os exemplos mais emblemáticos, temos a moratória mexicana em 1982, que atinge violentamente o Brasil, (que por sua vez também declara moratória em 1987) e a Argentina, que também vê sua inflação disparar declarando a moratória da dívida externa em 1989. Já no caso brasileiro, para facilitar o entendimento, podemos exemplificar a década perdida em números. Nos anos 1970, o PIB brasileiro embalado ao boom econômico, crescia a uma taxa de mais de 6% ao ano, muito próximo do que se convencionou a chamar atualmente de “crescimento chinês”, que fora abruptamente interrompido no começo da década seguinte com um recuo de 13% entre 1980 e 1983, no segundo choque do petróleo (OMETTO, FURTUOSO & SILVA, 1995).

Na medida em que nos debruçamos sobre os dados apresentados, tendo a consciência de que a economia não é algo instantâneo, podemos ponderar que estes números não são fruto da nova década que começa, as medidas adotadas nos anos de 1970 começam a apresentar seus problemas na década seguinte. Cansados de apenas enviar dinheiro ao Brasil, os credores



internacionais batem na mesa e dizem: “Agora nós queremos receber!” Fazendo com que um problema se transformasse em três, passando pela inflação acelerada, fim do crédito internacional e conseqüente crise da dívida externa.

Por conta de uma proximidade maior com o segmento da economia, e mais especificamente da história econômica, este trabalho foi pensado de uma maneira que possibilitasse uma melhor compreensão dos processos financeiros que levaram o Brasil à estagnação econômica e social durante a década de 1980 e a primeira metade dos anos 1990. A fim de perseguir este objetivo, busquei uma maior interação com as obras e teorias dos renomados economistas brasileiros com passagens pelo governo, caso de ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central, aliado a uma abordagem e escrita historiográfica, possibilitando ao leitor certa criticidade no tocante à conjuntura econômica e política do distinto período.

Esta pesquisa foi pensada com base no tempo e na intensidade em que o país conviveu com aquela que já tinha até apelido, o “dragão”. Isto porque uma inflação de 2300% (Fonte: IBGE) ao ano (como tivemos às vésperas do plano real) causava uma alteração completa em todo imaginário social da sociedade, que nos deixa repletos de dúvidas: O povo tinha conhecimento de fato do que era inflação? Como a população reagia aos mais diversos planos de estabilização? É evidente que em um período tão conturbado, também tenha havido um certo populismo econômico. O retrato mais fiel desse caso é plano cruzado em que o presidente José Sarney dizia: “Tabela na mão, Brasil no coração!” caso esse, onde as pessoas se sentiam com um poder gigantesco sendo fiscais do Presidente, tanto que, não por acaso, Sarney surfava em índices de popularidade jamais vistos no País, mais de 90% dos brasileiros aprovavam seu governo, e um plano que era para se estender no máximo por 75 ou 90 dias, fez o governo estender por oito meses até o pleito eleitoral, onde o PMDB, partido do Presidente, se valeu da popularidade do plano para eleger 26, dos 27 governadores possíveis. A lua de mel entre Sarney e o povo brasileiro durou apenas até a eleição. Passados três dias do pleito, houve um descongelamento e um tarifaço de mais de 100% em todos os preços, o que levou a população à revolta.

A popularidade de Sarney despencou de montanha russa, o presidente foi acusado de populista e traidor. No ano de 1987, em meio à crise da dívida externa e após o fracasso dos Planos Cruzado I e II, o Brasil fica sem reservas internacionais suficientes para honrar seus compromissos com os credores, e então Sarney vai à televisão e anuncia com ênfase a moratória brasileira da dívida externa. O presidente quis transformar um calote em um ato patriótico, buscando legitimidade e apoio popular contra o FMI e o Banco Mundial, conforme podemos ver pelo trecho de seu discurso em cadeia nacional, obviamente não colou:

Esta hora é hora de patriotismo responsável. Nada de traição ao País sob o pretexto de criticar o Governo, que apenas herdou essa dívida do passado e que vai pagá-la sem hipotecar as gerações do futuro. O Brasil tomou sua decisão, e acredito que tem apoio unânime do seu povo, que há muito tempo desejava um pacto mais firme no terreno da solução da dívida externa. Precisamos sentar à mesa da negociação, no exterior, com a autoridade de um País soberano e de um Governo apoiado pelo seu povo. (SARNEY, José. Discurso em cadeia nacional, 20 de Fevereiro de 1987).

Torna-se bastante evidente no discurso do Presidente José Sarney, um forte tom patriótico na medida em que há uma conjuntura propícia para uma tentativa de união nacional, e de reestabelecimento de sua popularidade, bastante abalada pelo plano cruzado.

Passamos a analisar a situação de São Lourenço do Sul - RS, cidade localizada no extremo sul gaúcho, distante 60km de Pelotas - RS. Também conhecida como “Pérola da Lagoa”, a pacata cidade do interior de cerca de quarenta e cinco mil habitantes segundo o Senso de 2016, é banhada pela Lagoa dos Patos, e possui em extensão mais de 5km de praias de água doce. Sua atividade econômica baseia-se na agricultura familiar no interior do município, e as temporadas de verão, que proporcionam à cidade festividades de ano novo, carnaval, e o tradicional Moto Lagoa, encontro de motos realizado desde 1996 no município. Estes eventos são responsáveis pela injeção direta de dinheiro na economia local, com hotéis e restaurante lotados, além da criação de diversas vagas temporárias de emprego, o que reforça o lócus significativo desta pesquisa analisando uma situação específica de economia, sobretudo de história econômica do extremo sul do Brasil.

De colonização massivamente alemã, São Lourenço do Sul contou com a chegada dos primeiros imigrantes alemães no ano de 1858. Na ocasião, foram oitenta e oito colonos que desembarcaram na vila do Boqueirão, sendo estes trazidos por José Guimarães, um abonado Coronel da Região, em parceria com Jacob Rheigantz, comerciante de Rio Grande - RS que loteou terras para que os colonos passassem a cultivar. Em poucos anos a população da Vila já passava dos cinco mil habitantes. A riqueza hidrográfica e o solo fértil da região proporcionaram à Colônia de São Lourenço atingir o patamar de maior produtora de Batata Inglesa da América Latina, exportando o produto principalmente ao Rio de Janeiro (então capital do Império) e Montevideo. (REICHERT. GOMES. SCHWENGBER. PEREIRA. p. 222, 2013).

Desfrutando de um desenvolvimento de um curto e médio prazo que chamou a atenção, a emancipação da Colônia não tardou a acontecer, sendo selada em 26 de Abril de 1884, entretanto, a formação do município de São Lourenço do Sul nos moldes de hoje demoraria um pouco mais a ser concretizada, como bem lembramos, os primeiros vilarejos começaram no interior da cidade, mais especificamente onde se encontra o distrito do Boqueirão atualmente, e foi somente em 1938, quando a cidade já se encontrava povoada às margens do Arroio São Lourenço (formação territorial que permanece nos dias de hoje) que finalmente São Lourenço do Sul ganhou o status de cidade.

Ainda no século XIX, São Lourenço foi peça importante na história do Rio Grande do Sul e do Brasil. A imponente Fazenda do Sobrado, localizada às margens do Arroio São Lourenço, serviu de Quartel General para Giuseppe Garibaldi e Bento Gonçalves durante as batalhas contra o Exército Imperial na Revolução Farroupilha. Atualmente, a fazenda está disponível para visitas e roteiros turísticos com passeio de escuna, danças e jantares tradicionalistas.

E como São Lourenço do Sul não é uma ilha, ela também viveu outra guerra, desta vez ao lado de todo o Brasil, a guerra da inflação. Neste caso especificamente, o diferencial deste projeto passa pela abordagem de um período da história econômica do Brasil, através da ótica de uma cidade do interior, onde a história muitas vezes não é contada, ficando restrita apenas às

capitais e regiões metropolitanas, ignorando a grande maioria dos brasileiros que vivem mais distantes dos grandes centros.

Mais do que abordar os planos de estabilização, o papel dos políticos, economistas, imprensa, torna-se fundamental neste projeto de pesquisa analisar a chamada “ponta” da sociedade de mercado, que são os microempresários, funcionários e os consumidores finais de São Lourenço do Sul. Esse olhar social do projeto faz-se necessário ao analisar quem realmente é responsável por girar a roda da economia, quais especificidades possuem esses grupos, quais os temores que tinham, e as percepções que tinham de cada mudança de rumo do país, da política e da economia.

A partir de um conflito de fontes, sobretudo orais, pretendemos rediscutir através dessas memórias esse momento singular da história brasileira, sob uma ótica mais regional e afastada dos grandes centros econômicos.

## 2. O QUE É INFLAÇÃO?

Torna-se bastante corriqueiro em indagação a um popular que vivera na pele o descontrole inflacionário dos anos 1980 e 1990 no Brasil, o alinhamento, ou mesmo a definição da inflação como alta de preços, o que de certo modo, não faz com que esta pessoa esteja totalmente errada, pois a perda do referencial de valor é uma das marcas da inflação alta ou até mesmo da hiperinflação.

Seguindo na linha da perda do referencial de valor, podemos ilustrar essa situação com o capítulo III da obra “Inflação Nossa de Cada Dia”, de Haroldo Barillari:

Notamos que a inflação está presente em todos os segmentos da sociedade, seja na alta desenfreada dos gêneros alimentícios de primeira necessidade como também nos produtos considerados supérfluos. Nesse quadro notamos não existir qualquer parâmetro, como por exemplo, uma gravata custar o mesmo valor que um pneu radial de um carro. Este fato nos leva a uma reflexão: Ou o pneu está barato, ou é o preço da gravata que foi para as nuvens, não existindo assim, uma real fonte de consenso. (BARILLARI, 1994, p. 23).

Mais importante e profundo do que definir a inflação como alta de preços, é entender a elevação dos produtos de primeira necessidade como consequência da inflação. Em bom português, podemos igualar a inflação a uma febre que indica algo de errado no corpo (o Estado). E há de se entender neste projeto, que o Brasil tomou por alguns anos apenas “analgésicos” como forma de baixar a inflação, sem atacar a raiz do problema, fazendo com que a mesma inflação ganhasse mais força, tornando-se para muitos historiadores e economistas uma hiperinflação.

Um dos sintomas mais clássicos da inflação se mostra quando o governo têm seus gastos descontrolados, onde as despesas sobem vertiginosamente não acompanhando a arrecadação, forçando, neste caso o Banco Central a emitir mais papel moeda, o que gera inflação e desvalorização da mesma. O excesso de consumo também pode se tornar um agravante da inflação, pois quando uma determinada mercadoria de consumo básico está sendo vendida em excesso, é provável que cause um desabastecimento do produto,

acompanhado de um aumento de preços pela demanda, o que corrobora por influenciar um aumento de preços das mercadorias em geral. Este ponto do consumo em excesso torna-se fundamental para compreender o momento, a população, atônita pela suba nos preços, não percebia, mas acabava alimentando a inflação, mesmo que involuntariamente, as pessoas corriam para o mercado com seu salário e buscava fazer estoques de produtos de primeira necessidade em suas dispensas, o que causava desabastecimento nos mercados e inflação. Caso comprassem só o essencial, iriam pagar sempre mais caro, pois os reajustes salariais não acompanhavam o preço das mercadorias, conforme podemos ver no relato de Miriam Leitão em seu Livro A Saga Brasileira:

Os supermercados viviam lotados como se fosse véspera de um cataclismo ou um país em boom econômico. Fazer as compras do mês exigia cálculos, agilidade, rapidez. Faziam-se compras ouvindo aquele tique-taque das etiquetadoras de novos preços. Quem tivesse a sorte de chegar antes dos etiquetadores poderia comprar algo pela metade do preço. A consumidora Maria Alexandrina Lima, que morava em Laranjeiras, ia à Barra da Tijuca comprar no Carrefour a cada três meses. Achava que fazendo compras trimestrais ganhava mais do que aplicando o dinheiro. Quem a contestaria? Maria Alexandrina tinha na despensa latas de óleo a 1,54 cruzado novo compradas em outubro; era janeiro, e o mesmo produto já custava 22,50. (LEITÃO, 2016, p. 141)

A inflação pode também ser entendida como algo psicológico, vide a teoria da inflação inercial, defendida pelo ex-ministro da Fazenda do Brasil Luis Carlos Bresser Pereira, cargo que ocupou de maneira passageira no ano de 1987. Neste caso, os preços seriam reajustados também pela impressão de momento que os preços continuariam a subir, ou até mesmo com a percepção de que haveria um congelamento. Citando um exemplo do próprio ministro, podemos imaginar um modelo econômico de três agentes na economia, o João, o Antônio e a Maria. O João aumenta seus preços em todo dia primeiro do mês, a Maria, que compra coisas do João, aumenta seus preços no dia dez do mês, e o Antônio aumenta no dia vinte, e tudo isso acontece com uma inflação de dez por cento ao mês. Se há um congelamento de preços no dia vinte e um do mês, o único agente econômico que está feliz é o Antônio, que reajustou o seu preço no pico, os restantes podem até quebrar. Dito isso, a complexidade da economia impede o combate deste desequilíbrio, além do que, intervenções a este ponto na cadeia

produtiva do país, faziam criar um clima bastante complicado entre fornecedores, comerciantes, governo e consumidores. (Documentário Laboratório Brasil, TV Câmara, 2007)

### 3. MUDANÇAS NA POLÍTICA ECONÔMICA DOS MILITARES

Transitando sob a política, é sabido que na oportunidade em que os militares assumiram o poder, o campo político e econômico do Brasil não atravessava um momento tranquilo. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o País contava com déficits nas contas públicas desde a década de 1950, que eram de certa forma “mascarados” com a emissão de papel moeda, o que acabava gerando inflação, que alcançou o patamar de 100% no primeiro trimestre de 1964.

Com esse cenário no mínimo complicado, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, assumiu a presidência do Brasil no dia 11 de Abril de 1964, sendo eleito de forma indireta pelo Congresso Nacional. Considerado da ala moderada do Exército, Castelo Branco nomeou notórios liberais brasileiros para postos chave no governo. Cito o exemplo de Octávio Gouveia de Bulhões no Ministério da Fazenda e Roberto Campos no Planejamento. Mais do que nomeações de impacto, o governo começa a imprimir um forte ritmo de reformas estruturantes no Estado Brasileiro, e é deste momento em diante que se tem início a disputa por espaços entre dois grupos de teóricos economistas, os ortodoxos, e os heterodoxos. Com o desenrolar das crises da inflação e da dívida externa a partir de 1979, cada grupo optava por um estilo de “choque” na economia.

A questão chave que marcou os embates políticos internos durante o governo militar foi a disputa por espaço entre dois grupos políticos no interior das forças armadas. O primeiro deles era conhecido como o “*grupo sorbonne*”, mais aliado aos ideais da Escola Superior de Guerra (Escola criada em agosto de 1949, pela Lei 785/49, e que integra o Ministério da Defesa. Objetiva desenvolver conhecimentos ao Exército e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional), era tido como uma ala mais moderada e liderada pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Este grupo foi vencedor na disputa inicial no governo federal, e por sua vez acabou ocupando postos chaves na administração federal após 1964. Como características de sua administração, os militares moderados imprimiram um forte ritmo de reformas estruturantes no Estado Brasileiro, como a criação de um Banco Central e do PAEG (Programa



de Ação Econômica do Governo), responsável principalmente pela estabilidade da moeda e controle da inflação. Todas essas mudanças eram efetuadas sob a tutela de grandes nomes do Liberalismo Brasileiro, como Roberto Campos, então ministro do Planejamento, e Octavio Gouvêa de Bulhões, que ocupava a pasta da Fazenda. (CONSTANTINO, Rodrigo. Economia do Regime Militar, 1964-1974, Gazeta do Povo, 2019.)

O Segundo grupo político dentre os militares alçou o poder após o fim do Governo Castelo Branco. Com o prolongamento do Regime, junto à necessidade de afirmá-lo perante a sociedade, surge a ideia de um populismo que defendia o crescimento econômico sobre o controle do Estado. Sendo assim, o jogo começa a mudar em 1967, quando o Marechal Arthur da Costa e Silva toma posse na Presidência do Brasil. Mesmo já fazendo parte do governo Castelo Branco, Costa e Silva sempre foi de um grupo de oposição dentro do exército, conhecida como a ala “linha dura”, que havia conquistado algumas nomeações impositivas no Governo Castelo Branco. Com o poder da caneta, tudo indicava que o rumo da economia iria mudar, e mudou. (CONSTANTINO, Rodrigo. Economia do Regime Militar, 1964-1974, Gazeta do Povo, 2019.)

Para entender melhor as diferenças políticas e ideológicas que separavam estes dois grupos, podemos descrevê-los através de duas teorias das quais seus economistas e políticos do alto escalão defendiam. Primeiramente, os teóricos ortodoxos (grupo próximo do Marechal Castelo Branco e da Escola Superior de Guerra) defendem uma política fiscal rigorosa, com o corte da expansão monetária, e a redução do déficit público, privatizações e abertura comercial. Os planos ortodoxos podem se tornar recessivos em um primeiro momento por conta do ajuste fiscal, porém, sempre almejando um crescimento sustentável a um médio prazo.

Já a Escola heterodoxa (representada por Arthur Costa e Silva e Delfim Netto), por sua vez, defende uma política fiscal mais “frouxa”, apostando no investimento público e no consumo para fomentar o crescimento da economia em um curto prazo, não abrindo mão de maior emissão de papel moeda se preciso for. Os planos heterodoxos podem ser virtuosos em um primeiro momento, apresentando fortes índices de crescimento na atividade econômica

e do emprego, entretanto, apresentam problemas de médio até um longo prazo, pondo em risco a situação fiscal do Estado e o controle da inflação.

Costa e Silva indica Delfim Netto para o Ministério da Fazenda, e Hélio Beltrão para a Pasta do Planejamento. O grupo desenvolvimentista liderado por Delfim foi responsável pelo chamado “milagre econômico brasileiro”, fazendo com que a economia brasileira entrasse em uma considerável rota de crescimento a partir de 1969, atingindo incríveis 14% de crescimento no ano de 1973, tudo isso impulsionado por uma generosa leva de empréstimos internacionais com juros irresistíveis de 2%, possibilitando ao Brasil realizar suas principais obras de infraestrutura no período, como por exemplo: a ponte Rio Niterói, usinas hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, responsáveis por quase 25% da energia gerada no Brasil, além da Transamazônica, feita para levar quatro milhões de nordestinos angustiados pela seca, a áreas pouco povoadas no norte do país. (VELOSO, 2008 p. 78).

Os tempos de milagre econômico também foram generosos com São Lourenço do Sul – RS. Mesmo se tratando de um município relativamente menor do que as grandes e médias cidades do Brasil, o panorama de empregos era diferente do que se encontra hoje por exemplo. Edison Duarte Rezende, proprietário do popular “Bar do Edinho” na rua Duque de Caxias, localizada a três quarteirões do Arroio São Lourenço, lembra bem deste período. Ele iniciou seu empreendimento no ano de 1979, acompanhou de perto as grandes safras de camarão em São Lourenço do Sul, além de se recordar com clareza das empresas que giravam a economia da cidade no período:

Naquela época nós tínhamos aqui a cooperativa que empregava cento e poucos funcionários, tinha a Agropecuária União na Avenida, que também era grande, trabalhava com arroz né, a empresa do seu Sony Corrêa, que também empregava muita gente, e isso tudo foi terminando, nós tínhamos as empresas de pesca como a Fripesca de Rio Grande, restando hoje somente a Japesca e os pequenos e médios comerciantes. (Edison Duarte Rezende, Proprietário da Empresa Rezende Bar).

O relato de seu Rezende vai ao encontro com o desemprego, não só de São Lourenço do Sul, como de toda a metade sul do Rio Grande do Sul. Para termos uma ideia, a maior empregadora da cidade é a Prefeitura Municipal, que segundo o site do Transparência Brasil conta atualmente em seu quadro de

peçoal com 2.204 funcionários, bem a frente dos seguintes colocados, passando por uma Cooperativa de apoio aos pequenos agricultores no interior do município, uma tradicional loja de materiais de construção que também atende na zona rural, além dos dois maiores supermercados da cidade, sendo um deles de uma rede com presença em outros municípios do Estado, e outro levando o nome de uma família com tradição no ramo de varejo na cidade.

Esse desenvolvimento grandioso que os militares sempre almejavam, e que o Brasil começava a experimentar teria seu preço em um médio prazo. A tentação continuava grande, o País se negava a breçar os empréstimos com medo de interromper o histórico ciclo de crescimento e a popularidade do Regime, por isso, os volumes iam aumentando junto com a rolagem dos juros, até que a economia sofre o primeiro baque, o choque do petróleo de 1973.

### **3.1 Primeiro choque do petróleo (1973).**

Durante o ano de 1973, o Brasil sofre até então o mais duro golpe em seu audacioso modelo de desenvolvimento nacional. O primeiro choque do petróleo deflagrado em Setembro daquele ano produziu uma crise internacional causando desabastecimento e racionamento em vários países de todas as partes do mundo, e mesmo já produzindo uma quantia interessante da matéria prima na década de 1970, o Brasil passava longe de ser autossuficiente no produto, por isso, importava mais de 70% de todo o petróleo que consumia em território nacional.

Inicialmente, o choque do petróleo originou-se através de uma disputa política entre os Estados Unidos e os países árabes membros da OPEP, (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) que em represália à ocupação de Israel (sempre aliada dos Americanos) em territórios palestinos durante a guerra do Yom Kippur deflagraram o choque. Sendo assim, a entidade determinou o embargo no fornecimento do produto, num primeiro momento aos americanos e à Europa.

Com o embargo, os efeitos da escassez do produto no mercado não tardaram a aparecer e provocaram a disparada do preço do barril. Antes da crise,

o barril de petróleo era comercializado na faixa de U\$ 1,70 (Um dólar e Setenta centavos), já em fins de 1974, o barril já custava na casa dos U\$ 12,00 (Doze dólares), produzindo um efeito cascata na conjuntura internacional que foi denominado de “petrodólares”, o caminho era o seguinte: Os países árabes, grande controladores do mercado mundial de petróleo, começaram a acumular muitas reservas com a especulação do produto, que por sua vez, eram depositadas em bancos ocidentais, geralmente americanos, que com extraordinária liquidez de recursos, esses mesmos bancos ofereciam o dinheiro em empréstimos para países em desenvolvimento comprarem mais petróleo, entre eles o Brasil. Moral da história, a brincadeira durou até 1982, na moratória Mexicana, onde os países tomadores de empréstimos estavam quebrados, com dívidas externas gigantescas, e ninguém da banca queria mais negociar. (Economia Brasileira, Capítulo 10, o Segundo PND, o Fim de um Ciclo. 2010.)

Voltando para 1973, essa situação colocou o Brasil em maus lençóis na sua balança comercial, fazendo o país ficar de frente a uma encruzilhada determinante para o seu futuro próximo, os caminhos seriam: administrar uma crise interna de abastecimento de combustível, e provável recessão de dois ou até três anos em prol de uma economia sustentável, ou se endividar desfrutando do crédito internacional, para bancar as importações e a manutenção do crescimento econômico do País. O Brasil opta naquele momento pela segunda opção, e inaugura no ano de 1974, o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). (Documentário Economia Brasileira - A História Contada Por Quem A Fez, 2016.)

### **3.2 Governo Geisel: Implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento**

Após escolher “fugir para frente”, em uma referência ao não abrir mão do crescimento econômico em prol do endividamento externo, o Brasil inaugura uma era mais sofisticada para o seu desenvolvimento. Buscando fortalecer a economia frente à dependência externa, o País parte com vigor para a produção de bens de capital, sempre com um forte apoio das Empresas Estatais no fomento da economia, dentre elas, as já existentes Petrobrás e Eletrobrás, e as criadas, a exemplo de Embraer e Correios (1969), SERPRO (70), Telebrás,

Embrapa e Infraero (72), Codevasf e Dataprev (74), Radiobrás, Imbel, Nuclep e Eletronuclear (75). (Fonte: Ministério da Economia.)

Ao todo, foram mais de quatrocentas estatais criadas pelos militares ao longo de vinte e um anos. Dentre as já citadas acima, muitas delas foram responsáveis pelo fomento da produção de matérias-primas nas mais diversas áreas, como no setor químico, siderúrgico, infraestrutura, metais não ferrosos, papel e celulose, novas ferrovias e até um programa nuclear atômico. (Fonte: Documentário Economia Brasileira EP 07)

O presidente Ernesto Geisel, que tomou posse em 1974, tinha um grande desafio pela frente. Seu antecessor, Emílio Garrastazú Médici, deixou o poder com altas taxas de popularidade, dizem os bastidores que em uma pesquisa de opinião popular encomendada pelos militares, no auge do “milagre econômico”, a aprovação de seu governo passava dos 80% em opinião popular, justamente no período tido como o ápice da repressão política do Regime, que fora de certa forma deixada em segundo plano, em virtude das altas taxas de crescimento do país. Diante disto, Geisel tinha um impasse, seu governo não poderia de forma alguma ficar aquém do anterior, principalmente em matéria de crescimento do Produto Interno Bruto.

Um dos grandes questionamentos ou contradições do Governo do General Ernesto Geisel ressaltado por alguns especialistas, é que o mesmo governo teve a frente de seu Ministério da Fazenda o Professor Mário Henrique Simonsen, um dos mais brilhantes economistas liberais do Brasil, sendo inclusive mentor intelectual da FGV (Instituição respeitada em matéria de dados, estatísticas além de possuir um curso referência em graduação de economia), foi na prática o governo mais estatizante pós Era Vargas. De fato, Simonsen viveu seu inferno astral no governo, de um lado tinha o Presidente Geisel tentando ser melhor que seu antecessor, e ele preocupado com a Inflação, era o Presidente abrindo as torneiras e o Ministro fechando. Uma prova dessa relação, que de certo modo era de pai para filho, são as frases de Simonsen, sempre irônicas e ásperas, especialista em Inflação, tendo escrito o livro *Inflação: Gradualismo X Tratamento de Choque*, descrevendo passo a passo o sistema de retroalimentação de alta de preços, Simonsen tinha nesta área a sua

maior briga, conforme podemos ver na obra o Pior Emprego do Mundo, de Thomas Traumann:

Em uma das várias vezes que redigiu uma carta de demissão, Simonsen esbravejou: “Eu sei combater inflação. Estudei muito sobre isso. Geisel e Golbery são pessoas que eu admiro e respeito demais, mas o problema é que foram habituados a vida inteira a fazer gol. E acham que aqui é a mesma coisa, querem fazer tudo. Não é assim. Alguém tem que jogar na defesa!” (TRAUMANN, 2018 p. 25).

### 3.3 Impactos do Segundo Choque do Petróleo, 1979.

O ano de 1979 torna-se um divisor de águas na economia do Brasil, não que mudanças substanciais tenham acontecido na política econômica do País, mas o segundo choque do petróleo inaugurou uma fase difícil na vida dos brasileiros, que vinham acostumados com relativa estabilidade, empregos e oportunidades, passando de repente a um estágio inimaginável onde a desesperança tomava conta da nação.

É importante ressaltar que o modelo de desenvolvimento que o Brasil adotara no começo de 1970 ainda não havia sido alterado, os empréstimos externos continuavam a irrigar a economia brasileira, que ainda pouco diversificada e dependente de crédito internacional se apoiava em um crescente endividamento externo.

Pois bem, não bastasse o choque do petróleo, que colocou o preço do barril nas nuvens, e deixou de joelhos todas as nações do mundo que não produziam o produto, outros fatores se encarregaram de formar a tempestade perfeita. A partir de 1979, o que o Brasil presenciou foi uma combinação de fatores jamais vista. Além da bola de neve que representava o endividamento externo, aliada à escalada do preço do barril e da moratória mexicana, os Estados Unidos da América tomou em sua defesa uma atitude que pegou todos os países de surpresa. O Presidente do FED (*Federal Reserve*, o Banco Central Americano) Paul Volcker elevou as taxas de juros de 2,5% para próximo dos 20% ao ano, medida que pegou o Brasil totalmente vulnerável, (visto que os contratos de empréstimos internacionais eram baseados em juros flutuantes)

não restando alternativa que não fosse pagar o preço pelos “anos dourados”, conforme analisa o ex-ministro da Fazenda do Brasil Pedro Malan:

E além disso, ouve uma recessão sincronizada dos países ricos, membros da OCDE. Cada um desses eventos por si só já seria dramático, a combinação dos três (choque do petróleo, altas taxas de juros americanos, interrupção do crédito externo à países em desenvolvimento) em um período muito curto de tempo, significou que vários países se viram em dificuldades insuperáveis. (MALAN, Pedro. Documentário Economia Brasileira, a História Contada por quem a fez, 2016)

O segundo choque do petróleo no fim da década de 1970 reverberou em uma crise sem precedentes, de forma que o rompimento brusco do crédito mundial foi apenas o início de uma quebradeira generalizada nos países em desenvolvimento, que começou com o Brasil (1980), a Argentina (1981) e o México (1982), este último declarando moratória de sua dívida externa.

#### **4. 1980: DÉCADA PERDIDA OU DÉCADA DE APRENDIZADOS?**

Em Março de 1979 se iniciava o governo do General João Batista Figueiredo, que trazia consigo a ideia de união e pacificação do país rumo a uma transição ao regime civil-democrático. E para obter este resultado, o Presidente Figueiredo deu o exemplo de casa, principalmente ao acomodar em seu governo visões de mundo diferente sobre a melhor condução para a política econômica do País. Dentre os principais nomes que ocupavam o alto escalão do governo temos Mário Henrique Simonsen no Ministério do Planejamento, Delfim Netto que voltara do cargo de embaixador brasileiro na França para ser ministro da agricultura, e o Ministro do Interior, Mário Andreazza, que junto com Delfim, eram os maiores opositores contra as ideias que Simonsen trazia ao governo.

Um ponto interessante que deve ser levado em conta é o fato do Ministério do Planejamento ter tanta ou até mais influência que o Ministério da Fazenda no período. O próprio presidente João Figueiredo fazia questão que a última palavra entre os ministros fosse do chefe da pasta do Planejamento. Desta forma, mesmo com o ministro Simonsen dispoendo de inúmeros recursos para a aplicação de seu conhecimento técnico, suas ideias não encontravam o devido respaldo entre o Presidente Figueiredo e principalmente Delfim Netto, seu principal algoz, que não compravam a ideia de uma política fiscal mais rigorosa, redução de investimentos em áreas não prioritárias, além da desregulamentação da economia.

Desde modo, Simonsen demitiu-se do ministério do Planejamento dando lugar a Delfim Netto. A transmissão do cargo foi emblemática. Era 15 de Agosto de 1979, e fazia muito calor em Brasília, conforme relata Thomas Traumann em seu Livro “O Pior Emprego do Mundo”:

O clima na posse era apresentação de craque de futebol. Aos quinhentos que foram ao Palácio do Planalto de manhã, somaram-se outras centenas de empresários e políticos. Não coube todo mundo, e muitos ouviram o discurso do novo ministro da escada... Diante da algazarra dos empresários, Delfim correspondeu no discurso: “Senhores, preparem seus arados e suas máquinas, nós vamos crescer! temos que pôr um fim nessa mania de ficarmos enrustidos nas dificuldades. Este país não pode se permitir um crescimento menor. Este País só enfrenta a crise crescendo mais!” (TRAUMANN, 2018 p. 34.)

O que Delfim dizia, era música para os ouvidos do empresariado, estava literalmente jogando para a torcida. Ao analisar a percepção do setor produtivo



o sentimento era uniforme sobre uma possível mudança de postura do governo, e como isso acarretaria no rumo da economia do país:

“Delfim vai acabar com a crise de atitude do governo Figueiredo”, afirmou Cláudio Bardella, que emprestava o sobrenome a uma tradicional fábrica de equipamentos industriais. Crise de atitude era um eufemismo para atacar a política do agora ex-ministro Simonsen, que pretendia segurar a inflação de 47% ao ano com ajuste fiscal e redução da meta de crescimento de 7% para 5% ao ano. Diante da crise do Petróleo, Simonsen namorou a ideia de um racionamento de combustíveis. “O Simonsen joga na defesa. O Delfim joga no ataque. Eu sempre preferi o ataque”, comparou o então presidente do Sindicato da Indústria de Autopeças de São Paulo, Luís Eutálio de Bueno Vidigal Filho. (TRAUMANN, 2018, p. 35.)

Haviam fatores externos e internos que dificultavam certa vez um plano heterodoxo arrojado e dos sonhos da nova equipe econômica. Entretanto, as novas ideias acabaram ignorando uma inflação que já beirava os 50% ao ano, os altos juros para empréstimos internacionais e a própria crise que se aproximava. Mesmo assim, Antônio Delfim Netto, Ministro do Planejamento, e Ernane Galvêas, Chefe da Fazenda, optaram novamente para uma “fuga para frente”. Mais ainda, houve a tentativa de um novo milagre econômico durante uma recessão de caráter mundial. Dentre os principais pontos da retomada desenvolvimentista, podemos destacar os investimentos na área de energia e agricultura, e mesmo com o crescimento de 9,1% do PIB no ano de 1980, a política econômica da dupla Delfim-Galvêas foi revista antes do final do ano, pois além da inflação começar a disparar neste exato momento, havia uma forte pressão no balanço de pagamentos, por conta dos juros exorbitantes dos quais o Brasil pagava sob os empréstimos internacionais. (LACERDA, BOCCHI, REGO, BORGES, MARQUES, 2010, p. 145.)

O resultado não poderia ser menos catastrófico, o crescimento grandioso de 1980 se transformou em uma pesada recessão em 1981, com o encolhimento de 3% do PIB. Havia teóricos que preferissem uma espécie de “recessão administrada” no ano anterior, alegando que o amargo receituário ortodoxo seria difícil no início, entretanto, menos traumático no final. Todavia, a radicalização do II PND, com suas metas tidas como surreais, ainda era levado a sério por alguns grupos, o que impedia um debate mais realista do momento do País.

#### 4.1 Crise da Dívida Externa e Disparada Inflacionária

Fundamentalmente, o começo das dificuldades do Brasil em honrar seus compromissos externos se deu a partir de 1982, ano em que o México declarou a moratória de sua dívida externa. A partir deste momento, inaugura-se o que chamamos de crise da dívida externa brasileira, que teve como características inúmeras cartas de intenções do Brasil para com o Fundo Monetário Internacional, além de negociações com o Banco Mundial e o tesouro americano.

Era bastante corriqueiro nos anos 1980 nos depararmos com manifestações populares no Brasil contra o Fundo Monetário Internacional. O coro “Fora FMI” tornou-se um mantra, principalmente de grupos ligados a esquerda brasileira, que usava deste pretexto constantemente em períodos eleitorais ao dizer que a soberania nacional estaria ameaçada com uma eventual intervenção de um organismo financeiro internacional no Brasil.

É de consenso da maioria dos especialistas que a receita passada pelo FMI aos países devedores não era das mais populares, bem pelo contrário, eram remédios amargos, como, por exemplo, corte de políticas sociais e a redução do investimento público, além de privatizações e superávit nas contas públicas. O trâmite era o seguinte: se o país em dificuldade estivesse de boa intenção, caberia a ele executar ponto por ponto a cartilha do Fundo, para que daí em diante pudesse contar com a boa vontade dos credores na mesa de renegociação da sua dívida externa.

Pois bem, o Brasil entregou a sua primeira carta de intenções com o fundo em 1982, e a renegociou sete vezes. Em termos práticos, o Brasil nunca esteve perto de fazer a sua parte nos acordos com o Fundo. Conforme a inflação ia disparando, o Brasil enviava uma nova carta, conforme o déficit público ia se estendendo, o Brasil enviava outra carta pedindo mais limite e paciência aos credores, que por sua vez, não durou até a terceira carta.

20.759.903.275.651% (vinte trilhões, setecentos e cinquenta e nove bilhões, novecentos e três milhões, duzentos e setenta e cinco mil e seiscentos e cinquenta e um por cento), estes são os números percentuais da inflação acumulada no Brasil dentre o período de 1979-1994. Para muitos especialistas, uma tragédia grega que vitimou o sonho de milhões de brasileiros e que só não foi mais sentida por conta da correção monetária, que nos piores momentos da

inflação reajustava bimestralmente e até mensalmente os salários, o que não repunha o poder de compra, mas possibilitava certa anestesia frente à crescente perda do poder aquisitivo da população.

As dificuldades do Brasil no campo da economia (seja na redução do déficit público ou em arcar com seus compromissos externos) se devem principalmente à falta de transparência e informação do Estado brasileiro no quesito de dados e estatísticas. Muitas informações primordiais para a tomada de decisões do governo chegavam cerca de seis meses depois, defasada, e perdendo completamente a sua relevância.

Além do mais, não era apenas a falta de informação do Estado Brasileiro que dificultava o combate à inflação. Desde o governo militar, a impressão de papel moeda em lastro (ou seja, sem um limite estabelecido) era o principal agravante da disparada inflacionária. Isso tudo não era em vão, era necessário muito dinheiro para dar conta do grandioso projeto de desenvolvimento nacional imaginado pelos militares ao Brasil. De acordo com Leitão (2016), durante a Ditadura Militar o Brasil tinha três orçamentos, eram eles: o fiscal, o monetário e o das estatais, e no meio dessas três receitas tinha algo inacreditável, uma relação promíscua entre o Banco Central e o Banco do Brasil, a chamada conta-movimento, conforme podemos analisar nas palavras da autora:

A criatura foi batizada de conta-movimento. Por ela, o BC tinha de suprir o BB sempre que faltasse dinheiro usado para emprestar aos empresários. Tudo passaria pelo Conselho Monetário Nacional. E o CMN viraria o supridor de recursos para o Banco do Brasil. E de onde viriam, no fim das contas, os recursos? Da dívida pública.

A conta-movimento funcionava assim: se o Banco do Brasil emprestasse, vamos dizer, 1.000 cruzeiros num dia, mas só captasse 700 cruzeiros, jogava os 300 restantes para a conta-movimento. Isso virava dívida do Banco Central com o Banco do Brasil. E tudo se ajeitava no tal orçamento monetário, que no final do ano consolidava esse acerto de contas. (LEITÃO, 2016 p. 84.)

Essa relação colocava o BC em maus lençóis, pura e simplesmente por obrigar o Banco a fugir completamente de sua função, originalmente conhecida por obter metas para o controle da inflação e da taxa de juros. A conta conjunta entre o Banco do Brasil e o Banco Central, chamada conta-movimento, era responsável por receber aquele dinheiro que o BC imprimia como forma de

fechar as contas dos empréstimos que o BB emitia, e nesse círculo vicioso o próprio Estado gerava uma inflação cada vez mais descontrolada.

Não foram batalhas fáceis. O lobby e os interesses entranhados nas estruturas da burocracia jogavam cascas de bananas como forma de atrapalhar o governo em sua tentativa de organizar esse emaranhado fiscal. Para ter uma ideia, o Banco do Brasil tinha bancada no Congresso Nacional, além de forte representação na mesa do conselho monetário nacional. Entretanto, os erros foram corrigidos ainda no governo Sarney. Em reunião com empresários na FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), em Fevereiro de 1986, o ministro Dílson Funaro ressaltou a necessidade de acabar com o embrião que unia o BC e o BB, em uma clara sinalização do governo de que a conta precisava ser encerrada. E como prova de que mesmo em governos tidos como ineficientes acontecem coisas boas, meses depois foi extinta a conta movimento. Tão importante quanto isto foi a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, homologada no dia 10 de Março de 1986, através do decreto-lei nº: 92.452, no governo do Presidente José Sarney.

#### **4.2 Abertura Democrática, Terrorismo Militar e Distensão Lenta Gradual e Imperceptível**

Os primeiros movimentos que indicavam o retorno do Brasil para uma democracia plena iniciaram em 1974, no governo do Presidente Ernesto Geisel, tido como um homem moderado do Exército. Mesmo com a política e a democracia entrando em pauta, a economia não podia sair de cena, pois estava nela o grande trunfo dos militares. O País ainda crescia próximo de 10% ao ano e o entendimento da ala Castelista das forças armadas era de que a abertura devia iniciar concomitantemente ao forte ritmo de crescimento econômico. Um dos grandes estrategistas da Ditadura Civil-Militar no Brasil era um gaúcho natural de Rio Grande-RS, que pensava a abertura política ideal como "lenta, gradual e imperceptível".

O General Golbery do Couto e Silva (1911-1987) foi ministro da Casa Civil durante o governo Geisel (1974-1979), onde se tornou o principal articulador nos

bastidores do projeto de abertura democrática. Seu entendimento da abertura lenta, gradual e segura, passava fundamentalmente por um processo que não manchasse ou expusesse algum deslize institucional das forças armadas no exercício do governo. O intuito era precisamente a preservação do exército Brasileiro frente à opinião pública. Mesmo assim, o principal problema enfrentado era que a dupla Golbery-Geisel passou a contar com a forte oposição de grupos mais radicais dos quartéis, onde em seguidas ocasiões seus nomes estampavam panfletos anônimos que circulavam pelos batalhões como forma de incitar a corporação contra o Presidente e o Ministro. Passando por algumas marcas do trabalho de Golbery, podemos citar a reforma partidária de 1979, na qual o militar gaúcho teve importante influência na criação de novos partidos políticos, como o PDS, PDT, PTB, PMDB e o PT.

Sobre a abertura política, os recados desferidos pelas alas radicais apoiadoras do Regime Militar eram fortes, quase sempre deixando um rastro de sangue pelo caminho. Citando os dois maiores expoentes do terrorismo militar, temos o primeiro ato em 27/08/1980, ocasião em que uma encomenda endereçada ao então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Eduardo Seabra Fagundes, foi recebida por sua secretária, Lyda Monteiro da Silva, de 59 anos. No momento da abertura do pacote, o artefato explodiu, vitimando a secretária e deixando outros seis feridos. No mesmo dia do atentado, o conselho da OAB se reuniu extraordinariamente e apresentou três propostas, dentre as quais, institucionalizar o dia 28 de Agosto, como o dia nacional de luto dos advogados brasileiros, e também uma nota com forte teor de acusação a ser enviada ao Presidente da República João Batista Figueiredo. Diz o trecho do documento:

O dano causado a uma instituição que constitui serviço público federal, é independente de seus óbvios motivos um crime cuja repressão compete à união federal. (Ordem dos Advogados do Brasil, 28/08/1980)

Após o atentado contra a Ordem dos Advogados do Brasil e o consequente óbito da secretária da entidade, o presidente Figueiredo tomou uma atitude pouco institucional e extremamente incomum em se tratando do posto mais alto da República. Ao ser perguntado do ocorrido em uma entrevista coletiva de imprensa, o chefe do executivo se alterou, pedindo para que esses

facínoras que mataram a secretária desviassem suas mãos criminosas de inocentes e as direcionassem ao próprio presidente, se este fosse o caso.

Cerca de oito meses depois, em Abril de 1981, acontecia a segunda grande tentativa de atentado de grande repercussão política, apenas no governo Figueiredo. A bola da vez era o Riocentro, famoso local de convenções na capital fluminense, onde naquele 30 de Abril estava se iniciando as comemorações do dia do trabalhador através de um festival organizado pelo Centro Brasil Democrático, entidade ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCB). A execução do atentado ficou a cargo de dois militares. Eram eles o capitão Wilson Machado e o sargento Guilherme Pereira do Rosário. Os oficiais integravam o DOI do 1º Exército do Rio de Janeiro e adentraram o estacionamento do Centro de Convenções do Riocentro a bordo de um Puma GTE ano 1975, quando acidentalmente um artefato explodiu, levando a óbito o Sargento Rosário e deixando gravemente ferido o proprietário do veículo, o Capitão Machado.

Um dos maiores embates entre a oposição civil aos militares era sobre a maneira mais eficiente de se derrotar o Regime. Essa disputa de rumos entre os opositores se intensificou após a derrota da emenda Dante de Oliveira no ano de 1984, que prorrogaria por mais um ano a existência da Ditadura Militar. Nesse caso, havia de um lado Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, ambos dispostos à negociação política, seja com alas mais moderadas do exército, deputados governistas, ministros e o Presidente da República, e de outro lado havia o PT, a CUT e demais grupos ligados à esquerda brasileira, que apostavam na mobilização das ruas como forma de fragilizar o Governo.

O grupo disposto ao diálogo e a negociação política saiu vencedor deste embate interno.

## **5. GOVERNO JOSÉ SARNEY E OS NOVOS DESAFIOS NA ECONOMIA**

As dificuldades econômicas as quais o Brasil começou a sofrer na década de 1980 corroboraram na antecipação do fim do Regime Militar e o consequente retorno da democracia no Brasil. Mas não seria tão simples. Em 1984, em um dos maiores atos de união nacional, parte significativa dos brasileiros deram-se as mãos em prol das eleições diretas para Presidente da República, o distinto movimento ficou conhecido como “Campanha das Diretas”, e “Diretas Já!”.

A campanha de 1984 contou com o apoio de figuras expressivas da oposição civil ao Regime Militar, como por exemplo: Lula, Fernando Henrique Cardoso, Leonel Brizola, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Franco

Montoro. Com um movimento que conseguiu unir no mesmo palanque tradicionais adversários políticos, a vitória parecia assegurada, não fosse a recusa pela Câmara dos Deputados da PEC nº 5/83, proposta pelo deputado Dante de Oliveira – PMDB, que garantiria eleições diretas para Presidente da República já no ano de 1984. A recusa significou a vitória da articulação dos militares em prol da derrubada da emenda, mas na prática representou uma ferida de morte do Regime, culminando no sepultamento no ano seguinte.

Tancredo Neves era de longe o maior líder da oposição. Aos 73 anos, já havia sido Ministro da Justiça de Getúlio Vargas, deputado federal, Governador de Minas Gerais e Senador eleito por aquele estado, e até Primeiro Ministro do Brasil entre 1961 e 1962, quando, após a renúncia de Jânio Quadros, ele aceita a mudança de regime e sua nomeação como primeiro ministro, como forma de apaziguar os ânimos do Exército e possibilitar a posse do então vice-presidente João Goulart. Pois bem, com este currículo, a Presidência da República seria apenas o coroar de uma carreira política invejável, o que, por capricho do destino, acabou não acontecendo. Após a vitória no Colégio Eleitoral no ano de 1985, derrotando o candidato da situação, o paulista Paulo Maluf (PDS), por 480 votos contra 180, problemas de saúde começaram a causar complicações na sucessão. Na véspera da posse, após chegar em casa de uma missa nas proximidades da Granja do Riacho Fundo (antiga região administrativa do Distrito Federal), Tancredo sentiu-se mal e foi levado às pressas para o hospital base do Distrito Federal, maior hospital público da região de Brasília.

Dai em diante, foram 39 dias em que o Presidente eleito esteve internado, inicialmente em Brasília e posteriormente no Instituto do Coração, em São Paulo. Foram quarenta e dois boletins médicos até que o secretário de imprensa Antônio Britto anunciasse o último, às 22h30min no feriado de Tiradentes, em 21 de Abril de 1985.

Lamento informar, que o excelentíssimo senhor Presidente da República Tancredo de Almeida Neves faleceu esta noite, no Instituto do Coração, as dez horas e vinte e três minutos. (Antônio Britto, Secretário de Imprensa do Governo Federal, Pronunciamento em Cadeia Nacional, 21 de Abril de 1985.)



Após sete cirurgias, o Presidente Tancredo Neves vem a óbito por falência múltipla dos órgãos, deixando o País incrédulo, com o sentimento de que sua única esperança havia os deixado. No mesmo dia, o Presidente em exercício José Sarney lamenta a morte do renomado político mineiro, e pede um pacto de união com a classe política para governar o Brasil.

Se nos microfones a situação não era tranquila no decorrer da transição, nos bastidores da política a situação era ainda pior. Sarney se negava a tomar posse sem Tancredo. O então vice-presidente tinha conhecimento que seu nome não tinha o mesmo impacto do Presidente, e defendia a posse de Ulysses Guimarães até que Tancredo se reestabelecesse (inicialmente Tancredo foi diagnosticado com uma crise de apendicite, com retorno previsto entre sete e dez dias). Sarney havia sido Presidente do PDS, partido que sucedeu à ARENA, e que dava sustentação ao Regime Militar. A partir da internação de Tancredo até as horas seguintes que culminavam na posse, a discussão que se estabeleceu foi fundamentalmente no campo jurídico. Um impasse desta magnitude não era previsto na carta magna. O adiamento da posse se tornava difícil em virtude das dezenas de delegações e comitivas de vários continentes que vieram prestigiar o evento. A posse de Ulysses foi cogitada mas logo descartada. Tudo se decidiu na madrugada anterior ao evento, de modo que a posse de Sarney foi aclamada pelas lideranças partidárias, juristas e militares. José Sarney toma posse no dia 15 de Março de 1985 como vice presidente e, conseqüentemente, presidente interino. Também são empossados os ministros de Estado, todos escolhidos por Tancredo.

Após a morte de Tancredo Neves, o presidente José Sarney estava diante de uma encruzilhada, era um homem desconhecido da população, mesmo com sua família obtendo importante influência econômica e política no Estado do Maranhão, seu nome não contava com penetração em grandes meios de comunicação e no empresariado do centro do país. Também não tinha grande influência política, era um antigo apoiador do Regime Militar que agora tinha a missão de fazer um governo transitório e de afirmação democrática.

Visando não complicar ainda mais as coisas, Ulysses interpretou o artigo 77 da Constituição de modo a possibilitar a posse de Sarney. O texto dizia o

seguinte: 'Substituirá o presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á no de vaga, o vice-presidente'. A discordância era que nem mesmo Tancredo havia sido empossado, portanto não haveria vice para assumir. O engraçado é que depois de todo esse esforço de Ulysses em prol da posse de Sarney, o que nunca foi possível se obter era uma boa relação entre os dois. A influência do líder do PMDB era grande, e Sarney era um presidente que necessitava se afirmar perante a população, de modo que até mesmo Ulysses passava por cima de sua autoridade, se reunindo com ministros, definindo nomeações do primeiro escalão, enquanto Sarney era o último a saber. Não por acaso, o presidente ficara possesso com o chefão do PMDB.

Essa afirmação e legitimidade que Sarney buscava só poderia se dar através da melhora dos índices econômicos do Brasil, que desde o início da década passava por sérias dificuldades de crescimento do PIB, desemprego, disparada inflacionária e a da crise da dívida externa. A racionalidade econômica pedia um plano no estilo ortodoxo clássico, com um ajuste fiscal, corte de despesas, privatizações e abertura econômica, entretanto, o Brasil tinha pressa de se afirmar como democracia e espantar de vez o fantasma dos militares que a cada crise da nova República parecia rondar o Palácio do Planalto. E como a pressa é inimiga da perfeição, essas medidas austeras foram deixadas de lado. Em um primeiro momento, optou-se por um plano de viés heterodoxo, o chamado plano cruzado.

Um dos pontos mais influenciadores da inflação era a chamada correção monetária (reajustes em preços e tarifas públicas como forma de acompanhar a inflação), pois esses reajustes desordenados por partes dos agentes econômicos da sociedade faziam com que a inflação adquirisse um vigor, de forma que a mesma fosse apenas se somando mês a mês. Pois bem, identificando esta distorção, a equipe econômica do ministro Dílson Funaro formulou o plano cruzado, com uma maneira simples de interromper este ciclo, congelando preços, salários e tarifas públicas.

## **5.1 Plano cruzado, sucesso inicial do plano e crescimento da atividade econômica;**

Em 28 de Fevereiro de 1986, o Presidente José Sarney convocou uma coletiva com os jornalistas para anunciar junto do ministro Dílson Funaro o Plano Cruzado. Aos olhos da época era uma Revolução na Economia, exemplificando alguns pontos do plano, o Cruzeiro perdeu três zeros e virou cruzado, o fim da correção monetária (exceto para caderneta de poupança), além dos salários reajustados pela inflação semestral. Um ponto importantíssimo foi o congelamento generalizado de todas as tarifas e preços de consumo, fazendo com que houvesse uma queda súbita da inflação, que passou de 14% em Fevereiro, para 5,5% em Março e até uma deflação de 0,5% em Abril. (Fonte: IBGE)

A ideia do congelamento era de fácil entendimento tanto para os políticos quanto para os populares. Além disso, a queda súbita da inflação provocou uma confiança nova na população, isso porque essa estabilidade se espalhou em todos os setores da economia. Os preços fixaram, o poder de compra aumentou e o consumo disparou. Os bancos também passaram a confiar na estabilização da economia e começaram a liberar crédito, antes restringido a determinados setores da economia.

Segundo pesquisas de opinião, o Presidente José Sarney bateu recordes de popularidade no auge do Plano Cruzado. Estima-se que sua aprovação tenha batido a casa dos 90% perante os brasileiros. A confiança era tamanha no Presidente que se iniciou um movimento chamado “os fiscais do Sarney”, no qual populares se moviam com a tabela de preços fornecida pelo governo e iam aos supermercados fiscalizar se o congelamento estava sendo cumprido. Criava-se um clima policialesco e de alta tensão entre populares e gerentes de supermercados, conforme analisa Miriam Leitão

Omar Marczinsky estava num supermercado em Curitiba olhando com atenção os preços. Tinha se animado com o anúncio de que agora eles estariam congelados. De repente ele notou que tinha um mesmo produto com dois preços. Foi ao gerente reclamar. — Se quiser compra, se não quiser, não compra — respondeu o gerente. Outros consumidores se aproximaram de Omar, atentos à discussão. Um deles gritou: — Fecha este supermercado! Outros responderam em eco: — Fecha, fecha. — E o contágio se espalhou. Omar foi até a porta, a televisão filmando tudo, e gritou enquanto puxava a porta. — Este supermercado está fechado em nome do povo. Omar ficou conhecido, o gesto tornou-se simbólico. Por causa dele, Brasília

se espantou com a instantânea adesão ao plano (LEITÃO, 2016 p. 56.)

## 5.2 Pequenos e médios empresários dão o tom sobre as mudanças na economia;

Olhando para trás até mesmo com certo anacronismo, percebemos que embora as dificuldades sempre fossem presentes na vida de qualquer brasileiro médio, o país se posiciona atualmente no cenário presente de comércio global como uma nação pujante, de um invejável agronegócio, com inflação e juros controlados, e uma confiança ascendente do mercado financeiro. Pois bem, a imprevisibilidade econômica aliada à falta de um referencial de valor fazia com que os empresários e comerciantes do período de crise, acumulassem diversas histórias acerca da convivência com a moeda contaminada pela inflação, muitas delas de causar inveja a uma novela mexicana.

E é somente se debruçando sobre essas histórias, que conseguimos captar mais a fundo a percepção social e política das pessoas envolvidas na cadeia produtiva durante o período inflacionário no Brasil. Em São Lourenço do Sul, temos alguns exemplos vivos da experiência inflacionária, caso do engenheiro eletricitista Valnei de Quevedo Vilela, que em 1988 inaugura a Projeta Comércio de Materiais Elétricos, loja que se tornou referência no segmento elétrico na cidade e em toda a região da costa doce. No ano de 2018, depois de completados trinta anos de existência no município, a loja transferiu suas instalações para um prédio próprio na Rua Barão do Triunfo 447, contando com amplo espaço físico, moderno, ampliado e adaptado, com estacionamento exclusivo para clientes, além de grande abrangência dentre profissionais da eletricidade no município.

Valnei se lembra do período inflacionário como um começo difícil, principalmente levando em conta a instabilidade dos preços, a qual demandava muito tempo do comerciante, passando por cotações, estimativas que envolviam os pedidos aos fornecedores, e mesmo após todo esse esforço, a garantia de margens reais de lucro nem sempre se concretizavam, principalmente se o dono da loja levava um pouco mais de tempo para reajustar seus preços:

Sim (as margens de lucro foram prejudicadas pela inflação), porque a ausência de estabilidade nos preços

fazia criar um aspecto psicológico não só em nossa empresa, como também no consumidor. Lembro de quando um cliente perguntava por um determinado produto que não tínhamos a pronta entrega, eu tinha que ligar para a fábrica e fazer a cotação, e o fornecedor me garantia aquele preço x apenas para aquele dia, não prometendo sequer para a manhã seguinte, se assim eu quisesse fechar o pedido. (Valnei Vilela, Proprietário da Empresa Projeta Comércio de Materiais Elétricos)

Essa instabilidade citada por Valnei também fazia o governo quebrar a cabeça para fechar as contas. Uma das grandes distorções criadas pelo Estado Brasileiro foi o chamado “Imposto compulsório sobre a Compra de veículos e combustíveis”, que funcionava assim: em Julho de 1986, percebendo que o Plano Cruzado já dava sinais de fraqueza, o Governo passou a cobrar um “empréstimo compulsório” sobre a compra de automóveis e combustíveis. A promessa do decreto inicial era de que esse dinheiro seria devolvido em até três anos após o confisco, e que todo o dinheiro arrecadado iria para o FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento), que tinha por objetivo fornecer recursos para a “dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. Gildo Kohler atualmente é comerciante em São Lourenço do Sul. Em 1981, na cidade de Camaquã, trabalhou em importante loja de implementos agrícolas, até que em 27 de Agosto de 1991 resolve abrir seu próprio negócio em São Lourenço do Sul, onde está lotado até os dias de hoje. Gildo viu de perto todas as mudanças na economia deste período, e lembra do imposto compulsório como uma das maiores distorções criadas pelo governo na época:

Tu queres ver outra coisa que houve aquela época? Era o imposto compulsório sobre a compra de automóveis e combustíveis, funcionava assim: Digamos que o combustível era três cruzeiros na Refinaria, entretanto o comprador iria pagar 4,00 por conta do imposto compulsório, onde o governo se comprometia a devolver futuramente, mesmo sistema funcionava na compra dos carros, se o consumidor comprasse um Chevette por 115 mil cruzeiros, o mesmo haveria de arcar com um total de 150 mil para ficar com o carro, e dali a alguns anos o governo deveria ressarcir o consumidor daquele tributo, o que acabou não acontecendo, com os vencimentos dos prazos e o esquecimento por parte das pessoas. (Gildo Kohler, Proprietário da Empresa Givemaq Implementos Agrícolas).

O resgate o imposto compulsório passou a ter alguma procura na primeira metade dos anos 1990, até que em 1995 o Senado Federal suspendeu a

devolução dos empréstimos atendendo ao Supremo Tribunal Federal, que entendeu inconstitucionalidade na ação dos contribuintes. Ao final das contas, poucas pessoas conseguiram seu dinheiro de volta. O próprio FND (Fundo Nacional do Desenvolvimento), responsável por gerir os recursos dos empréstimos compulsórios, foi extinto no ano de 2010, ao final do governo de Lula.

### **5.3 Cruzado II: uso político de um plano de estabilização.**

Embora o sucesso inicial do plano de estabilização, era sabido que o congelamento de preços tinha um prazo de validade. A alta vertiginosa do consumo provocava um desabastecimento e o setor produtivo, impedido de reajustar seus preços, sentia-se sufocado. O então ministro da Fazenda Dílson Funaro percebeu o problema, e após o primeiro mês de congelamento relatou aos economistas do Ministério da Fazenda sobre a necessidade de um descongelamento.

A notícia vazou e caiu como uma bomba no palácio do Planalto. Ao chegar aos ouvidos do Presidente José Sarney, o mesmo ficou irritado, não querendo sob hipótese alguma abrir mão dos altos índices de popularidade que o Plano Cruzado havia lhe conferido. Em uma conversa informal com jornalistas, Fernando César Mesquita, secretário de comunicação do governo disparou: “Falar em descongelamento é traição!”. A pauta do descongelamento morreu naquele instante.

Ao completar quatro meses do plano cruzado, o desabastecimento começava a se agravar, era bastante comum pessoas de classe social mais elevada frequentarem mini-mercados e açougues de periferias das grandes cidades em busca de gêneros alimentícios de primeira necessidade, dentre os quais, a carne. A escassez do produto era tamanha que os consumidores se sujeitavam até mesmo ao mercado clandestino, fazendo com que a polícia federal deflagra-se no ano de 1986 a “Operação Boi no Pasto”, com diversas buscas e apreensões em fazendas e chácaras que alimentavam este mercado.

Se para os técnicos o momento para um ajuste estava se apresentando, para os políticos isso não passava pela cabeça. O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), legenda do governo e comandada por Ulysses Guimarães, exerceu toda a pressão que estivera ao seu alcance, para adiar o descongelamento e possíveis reajustes para depois da eleição que se aproximava no dia 15/11/1986. Pois bem, após o pleito confirmar uma confortável maioria dos peemedebistas no parlamento, além de vinte e seis dos vinte e sete governadores possíveis, o governo federal apresenta às pressas o Plano Cruzado II.

O Plano Cruzado II consistia em uma saída desesperada e intervencionista por parte do governo perante a bola de neve que estava se tornando o Plano Cruzado. Com as tarifas públicas em completa defasagem, dois dias após o pleito de 15 de Novembro, houve o chamado “tarifaço”, em mais de 100% sobre o preço dos combustíveis e da energia elétrica. Imediatamente as prateleiras dos mercados voltaram a ficar cheiras com o comércio reajustando seus preços na mesma proporção.

A insatisfação tomou conta da população. Brasília foi palco de violentas manifestações, com quebra-quebra, incêndios de ônibus e até viaturas de policiais. O exército foi chamado para conter a revolta no episódio que ficou marcado como o “estelionato eleitoral” do PMDB.

## **6. PLANO COLLOR, A BALA DE PRATA CONTRA A INFLAÇÃO**

Após o insucesso das tentativas de estabilização econômica no governo do Presidente José Sarney, chegava o momento das eleições de 1989, e ela teria uma característica bastante peculiar, o pleito seria disputado de forma isolada, sem ser acompanhado por eleições parlamentares. Essa especificidade produziu um efeito de forma a direcionar a eleição uma atenção especial, não só pela exclusividade que detinha essa eleição presidencial, mas porque seria a primeira desde a vitória de Jânio Quadros em 1960.

Quis o momento que o vencedor deste pleito não fosse um integrante no caminhão de som das Diretas Já, e sequer eleitor de Tancredo Neves no colégio eleitoral.

Fernando Affonso Collor de Mello nasceu no Rio de Janeiro em 12 de Agosto de 1949. Sua vida sempre fora dividida entre a capital fluminense e Maceió, no estado de Alagoas, reduto político de seu pai, Arnon de Melo. Coursou Direito na Universidade de Brasília e Ciências Econômicas na Universidade Federal de Alagoas. Sua carreira política sempre teve como marca o pouco brilhantismo, a boa influência, e a esperteza de se projetar nos melhores meios



políticos. Collor se filiou à ARENA e foi nomeado prefeito biônico de Maceió no ano de 1978, cargo que renunciou em 1982 para assumir uma cadeira na Câmara Federal, como deputado eleito com a maior votação pelo Estado de Alagoas. Sua passagem na Câmara foi tímida, filiado a época ao PDS, partido sucessor à ARENA. Foi constantemente lembrado pela imprensa, em 1989, o seu voto em Paulo Maluf no colégio eleitoral em 1985, ocasião em que Collor relata apenas que o ato foi de fidelidade partidária ao apoiar o político paulista e colega de partido. Aproveitando-se da popularidade inicial do Plano Cruzado, filiou-se ao PMDB (partido do presidente José Sarney) e elegeu-se governador de Alagoas no ano de 1986.

Sem espaço nas grandes legendas e visando o pleito eleitoral, no começo de 1989, Collor se desliga do PMDB e funda seu próprio partido, o nanico PRN (Partido da Reconstrução Nacional). Desde então, contando com o apoio de grandes grupos econômicos e de comunicação, o jovem governador de Alagoas, no auge dos seus 39 anos, se lança à Presidência da República e em uma acirrada campanha vence em segundo turno o petista Luís Inácio Lula da Silva com 53,03% dos votos válidos, alcançando 35.089.998 de votos, ante 46,97% e 31.076.364 do petista.

Durante a campanha Collor não participou dos debates presidenciais no primeiro turno. Além do mais, dizia ter uma bala de prata para liquidar a inflação em um único golpe, essa bala de prata era o Plano Collor.

Após a vitória do dia 17 de Dezembro, os bastidores da política começavam a se agitar com as nomeações do Presidente para o primeiro escalão do governo. A economia era a principal pauta, e embora a futura ministra Zélia Cardoso de Mello tenha assessorado Collor na parte econômica ao longo de toda a campanha, ela não foi a ficha um para o Ministério. Em um primeiro momento, Collor sonhava com Mário Henrique Simonsen na pasta, entretanto, o renomado economista e ex-ministro da fazenda recusou educadamente o convite. Na sequência, O Presidente eleito buscou através desses ministérios em aberto seduzir o PSDB para a sua base de apoio, partido com relevância nas votações na Câmara e no Senado. Collor convidou o então deputado José Serra para o Ministério da Fazenda, e o Senador Fernando Henrique Cardoso para as

Relações Exteriores, contudo, em reunião conjunta o partido decidiu pela não entrada no governo.

Duas semanas antes da posse se concretizou a mais esperada das nomeações, Zélia Cardoso de Mello foi nomeada pelo Presidente a primeira mulher a comandar o Ministério da Fazenda do Brasil. Zélia havia integrado o governo Sarney entre 1986 e 1987 na recém criada secretaria do tesouro, em sua última ocupação antes do ministério foi professora na área de história econômica da Universidade de São Paulo. Mesmo sem imaginar que seria escolhida Ministra, logo após a eleição Zélia começou a trabalhar intensamente na confecção do plano Collor, o ano de 1989 terminou com uma inflação de 1.782,9%, não se sabia quais seriam os pontos do plano, mas imaginava-se que seu principal foco seria o combate à inflação.

No dia 15 de Março de 1990, o Brasil assistiu à posse mais badalada da história de um Presidente da República até então, e motivos para isso não faltavam. Eram trinta anos sem eleger uma pessoa identificada com a maioria dos anseios da população, o momento era ruim, a inflação e a crise econômica rondavam o Brasil, o Presidente jovem e enérgico tecia fortes discursos contra a inflação e os “marajás”, para delírio dos populares. Até mesmo quem não havia votado em Collor fora visto prestigiando a posse, com bandeiras da CUT, e do PT, com o pretexto de prestigiar a democracia e renovar as esperanças de que o País pudesse melhorar. Dezenas de delegações prestigiaram a posse, Collor discursou por mais de cinquenta minutos dentro do Congresso Nacional e novamente no Parlatório, já com a faixa recebida de José Sarney.

Após todo o glamour da posse, o dia 16 de Março foi agitado, e começou cedo para o Presidente e seu ministério. De forma muito inteligente, logo pelas 7h da manhã, horário em que muitos brasileiros estão em casa, ouvindo as notícias antes de sair para o trabalho, Collor reuniu todos seus ministros à mesa, lideranças do governo e jornalistas na sala, e anunciou ao vivo em rede nacional dezessete medidas provisórias de “saneamento moral” do Estado brasileiro, como o fim de diversas mordomias, tributação de movimentações no mercado financeiro, extinção de autarquias, privatizações e abertura da economia. O fim de seu discurso é ao melhor estilo Collor, fazendo uso de sua impecável oratória

e poder de persuasão, conforme trazido pelo historiador Marco Antônio Villa, em sua obra Collor Presidente:

O Brasil está cansado da indignação retórica que durante anos alimentou o mar de complacência em que estiveram mergulhadas boa parte das elites dirigentes. O povo exige indignação moral que se transforme rapidamente, como é da índole dos sinceramente indignados, em decisões e atos. Decidir e agir, eis o que a nação clama de nós [...] Não temos alternativas. O Brasil não aceita mais derrotas, Agora é vencer, ou vencer. Que Deus nos ajude. (VILLA, p. 32, 2016, Discurso do Presidente Fernando Collor de Mello, 16/03/1990)

Após as medidas populares anunciadas pelo presidente na primeira hora da manhã, o remédio mais amargo do dia ficou sob a incumbência de sua ministra da economia à tarde. Zélia reuniu sua equipe e concedeu uma entrevista coletiva de modo a explicar o plano e seus pontos. O linguajar “economês”, e rebuscado da ministra, dificultava um entendimento mais claro do principal ponto do plano, o confisco. Após uma pergunta incisiva de um jornalista, podemos analisar uma explicação mais clara sobre os depósitos confiscados, conforme vemos nas palavras da própria Ministra:

Quem tinha ontem no depósito à vista cinquenta mil cruzados, pode ir ao Banco segunda feira e sacar, se quiser cinquenta mil cruzeiros, ou quem tinha isso no overnight. O que excede a isso, fica depositado no Banco junto ao Banco Central sob a titularidade da pessoa física ou jurídica em forma de cruzados novos, e será convertida em cruzeiros após dezoito meses ao par. Durante esses dezoito meses, esses depósitos em cruzados novos recebem correção monetária mais juros de 6% como as outras remunerações, ao fim de dezoito meses eles são convertidos ao par em cruzeiros. (Zélia Cardoso de Melo, 16 de Março de 1990)

Até mesmo para os jornalistas a compreensão do plano não estava clara. Havia várias lacunas importantes não explicadas pelo governo, como por exemplo, sobre o reajuste dos aluguéis e as prestações de automóveis e da casa própria. Por conta disso, a ministra Zélia concedeu algumas entrevistas na televisão nas horas seguintes ao plano, das quais uma delas lembrada até hoje pela sua repercussão à época dando conta do desconhecimento da ministra sobre o próprio plano. A jornalista Lilian Witte Fibe e o âncora Carlos Monforte entrevistaram a ministra na sede da TV Globo em Brasília, e o despreparo da representante do governo ficou evidente ao não compreender as perguntas da jornalista sobre os reajustes na poupança e dos aluguéis, em seguida a insensibilidade da ministra ficou evidente ao responder sobre um exemplo citado

por Carlos de um síndico de condomínio que aplicasse o dinheiro dos moradores no Overnigth para pagar funcionários e demais despesas correntes, e que após o confisco o dinheiro não fosse suficiente para arcar com as despesas. Diz a ministra:

Bom, o dinheiro que faltar ele vai ter que postergar pagamentos, ter que fazer uma linha de empréstimos, enfim, ele vai ter que usar os mecanismos do mercado financeiro para cobrir este período em que ele tem as suas contas a pagar e o período para esperar receber cruzeiros. (Zélia Cardoso de Melo, 16/03/1990)

Os méritos do Plano Collor lembrados até os dias de hoje passam principalmente pelo começo do amadurecimento da economia brasileira, onde o empresariado nacional ficou exposto à concorrência externa feita pela abertura da economia, e o início do programa de desestatização no Brasil que teria duração ao longo de toda a década de 1990, de modo a diluir a participação do Estado herdado dos militares na economia. Devido à violência do plano e de seu arrocho monetário, a inflação despencou, passando de 1.620,97% em 1990, para 472,70 em 1991, o que custou um preço alto para a atividade econômica do País, com o produto interno bruto recuando mais de 4% em 1990. Também corroboraram negativamente contra o governo o a falta de sustentação do plano a um médio prazo, somado às denúncias de corrupção que manchavam a imagem do Presidente.

### **6.1 Dificuldades na Administração Pública sob o Aspecto Inflacionário**

Passando a analisar o contexto de São Lourenço do Sul - RS em meio às mudanças econômicas de nível nacional, nos vemos diante de um período crucial para os municípios de maneira geral, isso porque torna-se importante uma análise da administração pública sob uma perspectiva de alta inflação, e como isso acarreta impactando na vida dos funcionários públicos e de toda a sociedade que os cerca.

Para os prefeitos, os anos de 1980 foram cercados de desafios e incertezas, citando apenas o exemplo dos que geriram os municípios no período 1989-1993, podemos ressaltar que os mesmos tiveram que se adequar à nova constituição de 1988, que estabelecia uma série de regras para a gestão dos

municípios no Brasil, dentre as quais, um investimento mínimo obrigatório nas áreas de educação e saúde, proibição da admissão de funcionários públicos por contrato, ficando restrito apenas aos concursos públicos e cargos de confiança, além da lei de diretrizes orçamentárias, com o intuito de auxiliar o poder público na elaboração de orçamentos fiscais e de seguridade social.

Sobre a inflação especificamente, ela provocava algumas distorções no dia a dia do gestor público, fazendo com que embora as dificuldades os prefeitos tivessem certa margem caso o município estivesse com situação fiscal estável. Sérgio Renato Becker Lessa foi vice-prefeito de São Lourenço do Sul entre os anos de 1983-1989, sendo eleito prefeito para o quadriênio 1989-1993. Atualmente de fora da política, têm seu escritório de advocacia no centro da cidade, e lembra que sua experiência com a formação acadêmica em Direito, e os seis anos na vice prefeitura lhe ajudaram enormemente na tarefa de gerir as contas do município naquele período, até porque mesmo não sendo o gestor diretamente, Sérgio assumiu um certo protagonismo na política municipal, conforme ele relata:

Eu era um vice-prefeito bem atuante, porque o prefeito que era o seu Rudh Hubner, e quando nós escolhemos ele para concorrer eu queria ser candidato a vereador na época, tava voltando da faculdade, começando a trabalhar, aí o Rudh, que era um homem sem muita instrução, porém muito inteligente disse o seguinte: Eu vou, mas aí o Sérgio fica de vice porque eu não sei falar em público e tenho algumas limitações, e o que me falta, sobra pra ele, então acho que nós nos completamos. E assim que nos elegemos, logo no começo ele me disse o seguinte: Olha Sérgio, eu vou dizer uma coisa assim, esse negócio de reuniões em Brasília e tal, eu não quero saber, porque eu gosto do dia a dia da administração, então isso aí vai ficar pra ti. (Sérgio Renato Becker Lessa, Prefeito de São Lourenço do Sul entre 1989-1993)

Essa vivência direta com a administração do município, fez com que Sérgio adquirisse uma experiência importante para lidar com um problema que não seria unicamente de sua gestão ou de São Lourenço, mas sim de todos os municípios do Brasil. Somente entre 1989 e 1993, foram três moedas diferentes a circularem no país, e a instabilidade econômica gerava um problema sério para os municípios que não obtinham fluxo de caixa de forma a usar os mecanismos para se defender da inflação:

Para as prefeituras que tinham dinheiro em caixa essa época a inflação não era tão ruim, porque na prática tu aplicava o

dinheiro, todo dia um funcionário da prefeitura ia no banco aplicar o dinheiro e as vezes se comprava um produto para pagar em 30 ou 60 dias e acontecia de chegar no final das parcelas ou do pagamento total o valor estar completamente defasado e corroído pela inflação, então haviam essas distorções, as prefeituras que tinham dinheiro em caixa e conseguiam aplicar esses recursos para receber as correções da inflação se viravam bem, já quem não tinha fluxo de caixa estava sempre apertado. (Sérgio Renato Becker Lessa, Prefeito de São Lourenço do Sul entre 1989-1993)

Embora São Lourenço do Sul sempre contasse com seus problemas estruturais, como por exemplo: a falta de infraestrutura, desemprego e as cheias do Arroio São Lourenço, em matéria de saneamento fiscal o município gozava de estável situação das contas públicas naquela época. Isso se deve em boa parte a uma política de austeridade muito forte aplicada durante a gestão do Prefeito Sérgio Lessa, onde o mesmo relata da criação da Central de Compras, órgão do executivo municipal vigente até os dias de hoje, responsável pela aprovação e o encaminhamento dos pedidos das Secretarias Municipais:

Eu implantei ali um método um pouquinho diferente, porque antes, cada secretaria tinha as suas necessidades e cada uma fazia as suas compras, aí eu criei uma central de compras e eu não permitia que nada fosse comprado sem que eu autorizasse, então o que eu fazia: por exemplo a secretaria da saúde e educação vinham com os pedidos, ah nós precisamos comprar um carro, aí tinha o famoso talonário de requisições, onde tudo que queriam comprar se requisitava e ficava ali, e eu olhava e ligava para os secretários: Esse carro tem que ser comprado agora? Não da pra esperar seis meses? Dá, Então tira fora, nós temos que comprar medicamentos, isso não da pra esperar, foi quando se implantou a farmácia municipal, então havia um controle muito rígido de gastos. (Sérgio Renato Becker Lessa, Prefeito de São Lourenço do Sul entre 1989-1993)

Outra mudança implementada foi a criação de um fundo de aposentadoria para os funcionários da prefeitura, alteração essa, também pleiteada pela Constituição de 1988, em que os municípios tiveram de se adequar. Se tratando de São Lourenço do Sul, o ex prefeito Sérgio Lessa lembrou da situação difícil que se encontra o Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor (FAPS) nos dias de hoje, e contrastou com o momento de sua criação no começo dos anos 1990, onde estavam todos funcionários exitosos com o sucesso do fundo, que chegou a possuir inicialmente quantias significativas de recursos, por conta dos depósitos mensais do executivo municipal. Pois bem, mesmo com os volumosos recursos que o fundo dispunha inicialmente, Sérgio sabia que aquela situação era momentânea, visto que no começo o fundo só tinha receitas, e por isso

recomendou aos funcionários a contratação de uma empresa responsável pelo cálculo plurianual com as estimativas e projeções de aposentadorias dos servidores.

Por fim, o ex-prefeito fez uma reflexão dos desafios enfrentados na época, alegando que a junção de três fatores primordiais, sendo eles: a espiral inflacionária, responsável por dilacerar o valor da moeda nacional e o referencial de valor, as mudanças na administração pública através da Constituição de 1988, implicando em uma série de novos regramentos aos gestores públicos, além das mudanças de moeda. Segundo Sérgio Lessa, a combinação desses fatores, somado ao desafio da gestão pública, o fizeram sair bastante maduro de sua experiência na política e na administração do município, deixando um legado positivo no tocante à mudanças implicadas através de seu mandato como Prefeito.

## **7. PLANO REAL E A BUSCA DA ESTABILIDADE**

Após diversas tentativas frustradas do governo em combater a inflação, a desesperança tomava conta da população, pura e simplesmente as pessoas não acreditavam mais na capacidade do governo em superar o problema. O presidente Itamar Franco, tomou posse em Outubro de 1992 após o Impeachment do Presidente Fernando Collor de Melo. Itamar era um político mineiro considerado de posições moderadas, foi escolhido por Collor através de sua experiência na política e bom trânsito nas mais diversas siglas partidárias. Após assumir a presidência por capricho do destino, Itamar pede um pacto para a classe política, como forma de lhe ajudar a governar. Em um primeiro momento, a indicação massiva de ministros oriundos da política mineira fez com que o governo do Presidente Itamar fosse apelidado de “República do Pão de Queijo”. As trocas de ministros eram frequentes, só no ministério da fazenda foram três ministros em um período de seis meses (Gustavo Krause, Paulo Haddad e Eliseu Resende), o que dava a ideia de que o governo não sabia muito o que fazer na área econômica, principalmente no combate à inflação.

A Inflação no ano de 1993 bateu o incrível patamar de 2.477,15% ao ano (Fonte: IPC). Itamar percebeu que apenas a sua simpatia, o topete, o fusca, e políticos regionais de pouca expressão não ajudariam a salvar seu governo, e principalmente derrotar o grande mal que se apresentava, que a essa altura do campeonato já estava novamente na iminência de se tornar uma hiperinflação.



Sendo assim, o Presidente convida seu Chanceler Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda. Fernando Henrique, que não era economista, e sim sociólogo oriundo da Universidade de São Paulo, sempre foi um importante nome do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, sendo inclusive um dos fundadores da legenda no ano de 1988. Com notória influência no meio intelectual e político, FHC fez a união perfeita desses dois polos como forma de solidificar apoio às suas propostas.

Era Maio de 1993, cerca de um ano e meio antes das eleições, mesmo assim, pesquisas eleitorais começavam a ser encomendadas pelos grandes veículos de imprensa, agitando os bastidores da política, sendo que as mesmas davam margem à grande vantagem que possuía o futuro candidato do PT Luís Inácio Lula da Silva, isso frente a qualquer possível candidato governista, e também do Ex-Presidente José Sarney, lembrado pela entrevistados. Inicialmente, FHC tratou de remodelar todo alto escalão do Ministério da Fazenda, trazendo para o governo nomes de peso como Pedro Malan, para a Presidência do Banco Central, Gustavo Franco, para o cargo de Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Pêrsio Arida para a Presidência do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), além de André Lara Rezende e Edmar Bacha, que também compunham a equipe. Esses economistas foram blindados pelo equipe do Ministério da Fazenda e trabalharam por meses da execução de um plano de estabilização da economia.

Esse plano teria inspiração antiga. Em 1984, os economistas André Lara Rezende e Pêrsio Arida escreveram juntos um plano econômico de viés liberal-ortodoxo, que continha a proposta de duas moedas na economia, sendo a primeira a moeda antiga, ou seja, já contaminada pela inflação, e a nova moeda, indexada e com paridade ao dólar, fazendo com que próprio mercado converta seus preços para a nova moeda livre da inflação de forma espontânea. Entretanto, naquele momento, o Presidente José Sarney preteriu o “Larida” em virtude do choque heterodoxo, de inspiração do economista Francisco Lopes, que ficou conhecido como Plano Cruzado.

Após dez anos na gaveta, o “Larida” refinado e posto em prática, mas não seria apenas a implementação do Plano que resolveria os problemas do País, o déficit fiscal e o descontrole nas contas públicas impediam maiores avanços, reformas estruturantes deviam ser aprovadas no Congresso Nacional, e contar com a boa vontade política nas vésperas de uma eleição não parecia uma coisa fácil, isso porque dentro do próprio partido do Ministro Fernando Henrique haviam objeções contra o Plano, partindo principalmente de políticos que preferiam medidas paliativas ao invés de um arrojado plano de estabilização.

Superados os problemas internos, o governo envia o Plano Real ao Congresso Nacional, seriam três etapas: Primeiramente seria a vez do ajuste fiscal, cortando 22 bilhões de dólares do orçamento federal, a segunda etapa seria criar um fundo de emergência, do qual iria se receber 15% de todos os impostos, com o intuito de destinar à programas sociais, e por último o aumento de todas as alíquotas de impostos em 5%. (Fonte: Reportagem TV Globo 1/07/1994)

Havia uma situação curiosa e preponderante no recebimento e a consequente rápida aprovação do Plano Real pelo Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados especialmente estava vivendo um momento bastante conturbado, isso porque foi justamente no ano de 1993 em que se estourou o escândalo dos chamados “Anões do Orçamento”, onde deputados de pouca influência política (Por isso eram chamados de anões) se envolveram em diversos esquemas de fraudes em orçamentos da união. A CPI dos Anões do Orçamento teve grande repercussão, e o Relatório final do deputado Roberto Magalhães (PFL-BA) pediu a cassação de dezoito parlamentares, entretanto, apenas seis perderam seus mandatos.

Em 27 de Fevereiro de 1994, entrava em vigor a nova moeda no país. O governo, para dar o exemplo, converteu todas as tarifas públicas para o Real, milhares de consumidores reclamaram de reajustes abusivos na conversão dos preços para a nova moeda, desde o transporte público, a bares, restaurantes e padarias, nesse sentido, o governo passou a intervir no sentido de impedir os aumentos exacerbados nos preços de mercadorias e serviços, conforme relata

Edison Rezende, comerciante lourenciano que se viu prejudicado inicialmente na venda de produtos em seu estabelecimento:

Quando veio o Plano Real, aquele plano eu senti bastante porque ele deu o congelamento de várias coisas também, por exemplo, uma cerveja naquela época foi congelada a um real, eu não podia vender ela a mais do que um real, e o nosso lucro reduziu em 40%. Ai ficou ruim de trabalhar, no início do Plano Real pro comércio foi muito ruim, porque várias coisas eram tabeladas pela fábrica. Depois que as coisas foram se ajustando, e hoje o plano real é bom, temos estabilidade, não da pra reclamar. (Edison Rezende, Proprietário da Empresa Resende Bar).

Embora a inflação mascarasse parte dos lucros reais dos comerciantes no período inflacionário, uma queda significativa dos ganhos pôde sentida por parte dos pequenos e médios empresários, com a fixação de alguns valores, como forma de impedir aumentos abusivos em um primeiro momento do plano.

Embora os percalços iniciais da nova moeda, a população foi pegando gosto pela estabilidade dos preços, a inflação mensal que bateu os 47,43% em Junho, caiu para 6,84% em Julho, e 1,86% no mês seguinte (Fonte: IPC), as pessoas se sentiam encorajadas e voltavam a comprar. Na disputa eleitoral, o candidato do Governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) ia crescendo nas pesquisas, deixando para trás Luís Inácio da Silva (PT), que acusava o Plano Real de estelionato eleitoral.

Em 3 de Outubro de 1994 o Brasil foi às urnas e elegeu em primeiro turno o candidato da situação Fernando Henrique com 54,24% dos votos válidos, o petista Lula ficou em segundo com 27,07%, e Enéas Carneiro do PRONA em terceiro com 7,38% dos votos. A eleição foi o coroamento pelo trabalho de FHC e sua equipe na estabilização econômica do País. A inflação estava estabilizada e o novo governo chegava com a confiança dos investidores, os desafios que se apresentavam no horizonte eram da continuidade das reformas do Estado e modernização da economia, além de políticas de compensação social, como forma de possibilitar aos mais pobres o desfrute da estabilidade econômica, além da ascensão social.

## **8. CONCLUSÃO**

Para concluir, podemos analisar de forma ampla e comparativa o problemas de ordem econômica dos quais o Brasil experimentou nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Isso porque os mesmos não foram uma exclusividade nossa. Vários países, incluindo vizinhos, experimentaram turbulências, iguais e até piores que a brasileira, solicitando renegociações e até mesmo decretando moratória, como os casos de Argentina e México.

Prosseguindo para uma análise mais global, outro continente que sofreu com os desequilíbrios externos impactarem suas economias foram os países africanos, que com suas inoperâncias em lidar com as crises fiscais de seus respectivos Estados, viam na atuação das Instituições Financeiras Internacionais uma forte intromissão em suas economias, com ameaça da soberania nacional. É claro que no caso Africano havia uma ferida ainda muito aberta com a recente descolonização do continente após o fim da segunda guerra mundial. (OLIVEIRA. p. 96, 2009)

Voltando ao Brasil, o país entrou sem perceber em um jogo de cartas marcadas, onde quem ditava as regras nunca seria ele. Isso porque ao não por um limite e criar meios para abrir mão de seu modelo de desenvolvimento baseado no crédito internacional, empréstimos e rolagem de juros, o país ficou em uma posição muito desconfortável e vulnerável perante os credores internacionais na mesa de negociação. Além do mais, a falta de informação e mecanismos propícios do Estado Brasileiro para políticas públicas de combate à

inflação foi um fator determinante para os sucessivos insucessos em matéria de política econômica, e a falta de colaboracionismo do Brasil para com a cartilha passada pelo Fundo Monetário Internacional.

As dificuldades econômicas não apenas influíam diretamente na política, como também eram usadas pelos atores políticos como forma de ganhos eleitorais, ao passo que prometiam soluções transformadoras. Passando por alguns exemplos destas situações, podemos analisar a implementação do Plano Cruzado em 1986, onde após fechados sessenta dias da vigência, o ministro da Fazenda Dílson Funaro percebeu que a questão do congelamento não deveria se prolongar, visto o desabastecimento que começava a destoar principalmente nos grandes centros. Ao saber desta ideia via terceiros, o Presidente José Sarney e demais lideranças do PMDB ficaram irados, vetando veementemente a proposta da equipe econômica.

Outro exemplo a ser considerado foi do Presidente Fernando Collor de Melo, que ao contrário de Sarney demonstrava mais habilidade com as palavras, sempre com exímia oratória e fazendo uso de frases de efeito para atacar as distorções do país tais como: “guerra”, “destruir da fonte” “extermínio da praga”, dentre outras (VILLA, p. 26, 2016). Antes de assumir o poder, o Presidente se referia ao Plano Collor como uma bala de prata para liquidar a inflação em um só golpe, causando muita expectativa na população, principalmente nas classes mais baixas, dos quais muitos o confiaram o voto. Esses e demais exemplos, são provas de que o populismo econômico não apenas é usado em momentos pujantes, mas também em situações extremas, aproveitando-se do emocional abalado da população.

Essas distorções de ordem política influíam diretamente na economia, e tinham o seu preço a ser pago. Analisando sob a ótica dos pequenos e médios empresários de São Lourenço do Sul – RS, podemos perceber certa sintonia em seus respectivos discursos, como a ausência de um referencial de valor, e instabilidade nos preços, efeitos clássicos da espiral inflacionária. Outro ponto importante é analisar as diferentes visões de mundo que cercam o meio comercial, muitas vezes rotulado de certas pechas, como gananciosos e materialistas, advindas principalmente de determinados grupos populares do

Brasil. Essas percepções dos comerciantes em sua maioria rumavam para um certo caminho de tendência liberal, optando por uma menor participação do Estado na iniciativa privada. Gildo Kohler possui algumas lembranças marcantes do período, dentre as quais guarda memórias interessantes a respeito da campanha presidencial de 1989:

O Collor se elegeu assim tipo o Bolsonaro agora, ele se lançou e disse o seguinte: "Vou acabar com essas mamatas de Brasília!", porque as mamatas eram iguais as de hoje para pior até, ele chamava os caras de marajá, e ele foi lá, chegou ele sozinho com o povo junto, tanto é que ele não tinha base nenhuma, tinha um partido chamado PRN, sem base alguma em lugar nenhum. Me lembro que fui em um comício dele em Jaguarão, aquilo era um povo a perder de vista, na época era o Lula contra ele (Eu interrompo: O senhor votou no Collor nos dois turnos?) Eu votei nele, porque o Lula era aquela coisa sabe, era um metalúrgico gritão, era um agitador, e o povo queria uma mudança, porque não suportava mais o país do jeito que estava, porque o Sarney era uma bagunça e o Collor queria acabar com isso. (Gildo Kohler, proprietário da empresa Givemaq Implementos Agrícolas)

Além da perspectiva da iniciativa privada, tornou-se importante e complementar uma análise a respeito da administração pública no período, de modo que fui contemplado com o relato de quem lidava diretamente com as finanças do município no período entre 1989 e 1993, trata-se do ex-prefeito de São Lourenço do Sul – RS, Sérgio Lessa.

Atualmente um observador, de fora da política e com carreira exclusiva na advocacia a mais de vinte anos, Sérgio lembrou período como conturbado e instável para todos os segmentos da sociedade. No tocante à administração pública lembrou da saúde fiscal em que gozava o município, com um fluxo de caixa que possibilitava lhe precaver da inflação, fazer aplicações e manter os pagamentos em dia. Um ponto importante ressaltado era o das reposições salariais. Em algumas prefeituras do Brasil no período, os funcionários chegaram a receber quinzenalmente como forma de obter um alívio da inflação, em São Lourenço do Sul não chegamos a esse patamar, entretanto as reposições salariais bimestrais e trimestrais aconteciam para a reposição da inflação.

Por fim, cabe a compreensão do amadurecimento político e econômico que experimentou o Brasil no distinto período estudado. Podemos concluir que país vivenciou um longo processo na busca de sua estabilidade, e teve que no

decorrer do mesmo enfrentar sérias adversidades das quais o próprio Estado haveria criado para a sociedade, como um governo excessivamente intervencionista, centralizador, e com sérias distorções sociais das quais sustentavam certos vícios das elites dirigentes do País. Expurgar essas práticas não foi e nunca será uma tarefa fácil, de modo que embora não pareçam, os interesses falam mais alto do que a voz da razão, necessitando de muita astúcia para enfrenta-los.

## **9. ENTREVISTAS ORAIS**

Entrevista realizada a Valnei de Quevedo Vilela, por Guilherme Roveré Soares, em 2 de Outubro de 2019, na cidade de São Lourenço do Sul – RS, na loja deste.

Entrevista realizada a Sergio Renato Becker Lessa, por Guilherme Roveré Soares, em 29 de Novembro de 2019, na cidade de São Lourenço do Sul – RS, no escritório deste.

Entrevista realizada a Valnei de Quevedo Vilela, por Guilherme Roveré Soares, em 2 de Outubro de 2019, na cidade de São Lourenço do Sul – RS, na loja deste.

Entrevista realizada a Edison Duarte Rezende, por Guilherme Roveré Soares, em 16 de Setembro de 2019, na cidade de São Lourenço do Sul – RS, no bar deste

Entrevista realizada a Valério Klug, por Guilherme Roveré Soares, em 19 de Setembro de 2019, na cidade de São Lourenço do Sul – RS, na residência deste.

. Entrevista realizada a Gildo Kohler, por Guilherme Roveré Soares, em 19 de Setembro, na cidade de São Lourenço do Sul – RS, na loja deste.

## 10. REFERÊNCIAS

Biblioteca da Presidência da República, Discurso do Presidente Sarney, 20/02/1987: <file:///C:/Users/User/Downloads/12.pdf>

BAER, WERNER. A Retomada da Inflação no Brasil: 1974-1986. Revista de Economia e Política. Volume 7, nº 1, Janeiro-Março/1987.

BARILLARI, Haroldo. *A Nossa Inflação de Cada Dia*. São Paulo: Abril, 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. *Inflação e Recessão: A Teoria da Inércia Inflacionária*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CONSTANTINO, Rodrigo. A Política Econômica do Regime Militar, 1964-1974, Gazeta do Povo, Curitiba, 2019.

Estadão Acervo: Alta do Petróleo fez o País reviver crise dos anos 1970. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,alta-do-petroleo-fez-pais-viver-crise-nos-anos-1970,10618,0.htm>

FALEIROS, Rogério Naques. História Econômica, História em Construção. Universidade Federal do Espírito Santo. Revista Dimensões, volume 24, p. 242-261. Vitória, 2010.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. Brasil Republicano vol. 5, o Tempo da Nova República. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2016.



FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. História econômica. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FRAGOSO, João. Para que serve a História Econômica? Notas sobre a exclusão Social no Brasil. Estudos históricos. Rio de Janeiro. nº 29. Revista Diálogos – nº 18 – Set. / Out. – 2017 94 2002.p 3-28. Disponível em: [bibliotecadigital.fgv.br](http://bibliotecadigital.fgv.br).

HOBBSAWN, Eric. Historiadores e economistas. Sobre História. São Paulo: Companhia das letras, 2013. p. 136- 177.

LACERDA, Antônio Corrêa; BOCCHI, João Ildebrando; REGO, José Márcio; BORGES, Maria Angélica; MARQUES, Rosa Maria. *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEITÃO, Miriam. Saga Brasileira, a Longa Luta de um povo por sua moeda. Editora Record, Rio de Janeiro, 2016.

MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). Departamento de História – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Ricardo Soares. A África desde o Fim da Guerra Fria. Relações Internacionais, p. 93-114, Lisboa, 2009.

OMETTO, Ana Maria H. FURTUOSO, Maria Cristina O. SILVA, Marina Vieira da. Economia brasileira na Década de Oitenta e seus Reflexos nas Condições de Vida da População. *Rev. Saúde Pública* [online]. vol.29, n.5, pp.403-414. São Paulo, 1995.

SIMONSEN, Mário Henrique. *Brasil 2001*. Rio de Janeiro: APEC, 1969.

SCHMIDT, Marina. A Primeira Fase do Real foi de Ajustes. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=165866>

TRAUMANN, Thomas. O Pior Emprego do Mundo. Editora Planeta, 2018.

TRISOTTO, Fernanda. “Governo deve R\$ 42 bilhões aos brasileiros por compulsório dos anos 80. E não vai pagar” Gazeta do Povo, 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/governo-deve-r-42-bilhoes-aos-brasileiros-por-compulsorio-dos-anos-80-e-nao-vai-pagar-5id7fp4wszhn7y7dj2cywdo20/>

VELOSO, Fernando A. VILELA, André. Giambiagi, Fábio. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica. Revista Brasileira de Economia. Volume 2ª Edição. Rio de Janeiro, 2008.

VILLA, Marco Antônio. *Collor Presidente: Trinta Meses de Turbulências, Reformas, Intrigas e Corrupção*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

Laboratório Brasil 2007, Inflação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W1y9M9Zyn7I>

Economia Brasileira - A História Contada Por Quem A Fez – Episódio 6 – 1986-1987 - Plano Cruzado e Reformas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5rcf3T5fFPA&t=671s>

Economia Brasileira - A História Contada Por Quem A Fez – Episódio 7 – Derrotas para a Inflação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MYOWg0YkUAE&t=64s>

Empresas Estatais criadas no Regime Militar. Ministério da Economia. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/coordenacao/historico>

Inflação Histórica Brasil – IPC. Disponível em: <https://pt.inflation.eu/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil.aspx>

Lançamento Plano Real (01/07/1994) - Reportagem TV Globo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wxq6WbD8tw4>

Plano Collor - Zélia Cardoso de Mello explica o plano (Globo/1990). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QV0inE6fZ5k>

Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul. História da cidade. Disponível em:  
<https://www.saolourencodosul.rs.gov.br/portal/cidade/12/Hist%C3%B3ria-da-Cidade>

Jornal da Globo: Atentados na OAB 1980. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=oljPlghFChg>